

**PLANO PARA UM GOVERNO POPULAR E REPUBLICANO**  
**(UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO INCLUDENTE E SUSTENTÁVEL)**  
**“COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO”**  
**(PR/PTdoB)**  
**2011/2014**

*“Nenhum governo pode ser melhor do que a seleção de  
problemas que escolheu para enfrentar”*

(Carlos Matus)

1. A afirmação republicana
2. O método de planejamento participativo
3. Uma trajetória de progresso interrompida
4. Principais problemas a enfrentar
5. Princípios do próximo Governo
6. Objetivos Gerais do Plano
7. Diretrizes e Ações programáticas
8. Reconstrução do caráter público do Estado
9. Projetos e Ações Estratégicas

Anexo: Fontes e contribuições

## 1. A necessidade da afirmação republicana

A República no Brasil continua incompleta e fragilizada. Avançamos quanto à democracia política e ampliamos a democracia social, mas, infelizmente vivemos uma crise quanto aos valores e instituições republicanas.

O núcleo básico da república representado pela separação do que é público (que é de todos), do que é privado (de alguns poucos) estagnou, retrocedeu ou pouco evoluiu, no balanço de realizações, desde sua fundação em 1889. Outras expectativas naturais do regime republicano ficaram aquém *de nossas potencialidades* e carecem de novos impulsos da sociedade e dos seus governos, como o direito ao emprego, à universalização da educação, ao acesso pleno aos serviços básicos de saúde, à segurança pública e a um sistema verdadeiramente federativo *inscritos na Constituição de 1988 mas não realizados*.

Vem da República o princípio pelo qual o povo é tido como fonte principal do poder, porém poucas vezes ele foi chamado a ser protagonista de ação e de decisão política. Ao contrário, o parlamento da democracia representativa tem usurpado cada vez mais o papel da democracia direta, à revelia do que está prescrito na Constituição Federal (Artigo 1º, Parágrafo Único). A baixa participação da população tem a deixado à margem das grandes decisões nacionais e locais, refletindo preconceitos arraigados na elite brasileira e de parcelas intolerantes da sociedade. As próprias eleições são comumente manipuladas pela atuação de agentes econômicos e políticos inescrupulosos, assistidos por segmentos da mídia que tentam dirigir o voto popular.

São também sintomas desse quadro, o profundo desgaste da imagem das instituições da democracia, como os partidos transformados em organizações cartoriais, os parlamentos do desperdício, os judiciários lentos para o pobre, a

imprensa instrumentalizada pelos grupos econômicos, e a incapacidade da maioria dos governos eleitos de dar conta da prestação dos serviços públicos básicos à população.

São também sinais de que a Republica continua fragilizada e incompleta o quadro social marcado pelo expressivo contingente de jovens de 14 a 17 anos fora do ensino médio, o analfabetismo de 10% da população e o precário atendimento do sistema de saúde pública. Assim como, o incipiente caráter federativo da República face à resistência em se reconhecer efetivamente os Estados e Municípios como entes federativos e suas contribuições ao desenvolvimento da União.

A noção inovadora de comunidade federativa, não hierarquizada, formada pela União, Estados e Municípios, aliada ao fato de sermos o segundo Estado da Federação, pode e deve nos levar a assumir a bandeira republicana e federativa, enriquecida pela realidade multicultural presente em nosso Estado, a luta para corrigir distorções estruturais na repartição dos recursos.

No Estado do Rio de Janeiro, a doença que acomete o regime republicano está chegando ao limite. A privatização da coisa pública chegou ao centro do poder e das instituições do regime. É o caso de integrante da família do Governador advogar para concessionária de serviços públicos, como Metrô e Supervia (em investigação do MP), enquanto essas mesmas concessões têm seus prazos precocemente dilatados. Informações dão conta de que familiar do governador dirige a alocação de vultosas verbas publicitárias, da ordem de R\$500 milhões, que além de afrontarem a legislação eleitoral, cerceiam à liberdade de imprensa, calando-a diante desses e de outros escândalos. Em alguns casos, dirigem a imprensa acintosamente contra seus adversários, rebaixando o Rio de Janeiro a uma situação vexatória frente aos demais estados federados e ao seu povo.

O atual processo eleitoral está maculado. A chamada lei da ficha limpa, grande conquista popular, vem sendo instrumentalizada por segmentos da elite e da imprensa, para perseguir inocentes e produzir linchamento de candidatos que não interessam ao sistema. O ex-governador Garotinho é uma de suas principais vítimas. Seu caso pode ser inscrito como uma das maiores perseguições políticas que se tem notícias na história do Estado e talvez do Brasil, agora estendida à sua esposa, e ex-governadora Rosinha Garotinho, e à sua filha a vereadora Clarissa.

O atual governador descumpriu flagrantemente suas promessas de campanha, como por exemplo, manutenção e ampliação dos projetos sociais dos Governos Garotinho e Rosinha, promoveu a deslealdade política como método de ação ao atacar no primeiro dia de seu governo seus aliados que o ajudaram a se eleger. O Estado ficou menor na federação desde que o Governador capitulou na defesa dos altos interesses do Estado, como no caso das perdas da receitas do pré-sal promovidas pelo seu partido, o PMDB, através das emendas Ibsen Pinheiro e Pedro Simon, retirando da economia do Estado mais de R\$10 bilhões por ano.

Visando confundir a opinião pública, Cabral alardeou que bastava a boa relação pessoal com o presidente para haver maior transferência de recursos financeiros da União para o Estado. Mas de fato, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, houve redução de 9,4% (Rosinha) para 8,6% (Cabral) na participação do Estado do Rio em relação ao total repassado pela União.

<b>REPASSES DA UNIAO PARA O ERJ - FONTE PORTAL TRANSPARENCIA</b>					
ANO	TOTAL RJ	TOTAL BRASIL	(%)	Media Gov (%)	
2004	9.379.434.051,02	<b>105.818.249.263,80</b>	8,9	9,4	ROSINHA
2005	11.345.594.120,85	<b>120.460.267.670,41</b>	9,4		
2006	14.236.336.051,80	<b>144.827.545.210,56</b>	9,8		
2007	14.012.597.223,74	<b>165.034.755.952,71</b>	8,5	8,6	CABRAL
2008	18.908.742.207,89	<b>203.766.062.325,61</b>	9,3		
2009	16.686.931.924,17	<b>208.417.407.359,25</b>	8,0		

Por isso, e por conta de seus métodos condenáveis que ainda virão a público, o atual governador representou exemplarmente o papel da política da elite conservadora fluminense, que nos fez lembrar a república velha, onde o público se subordina a interesses privados e patrimonialistas.

Mas a solução para esses males pode ser buscada em nossa história. Uma história de heróicas lutas republicanas e de grandes conquistas econômicas, sociais e trabalhistas, como foram a Campanha do Petróleo é Nosso, a luta por Reformas de Base, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo com o educador Paulo Freire à frente do Ministério de Educação, a invenção da Universidade Nacional de Brasília pela visão de Anysio Teixeira e Darcy Ribeiro, a Campanha das Diretas Já e pelos ideais de uma sociedade social e politicamente democrática, como as lutas conjugadas pela Anistia e pela Redemocratização do país que redundaram na **Constituição** de 1988.

São exemplos também dessas vitórias, a extensa rede de proteção legal ao trabalhador representado pela Consolidação das Leis do Trabalho; a criação do Programa Especial de Educação conduzido por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro um modelo inclusão de crianças e adolescentes, denominado CIEP; a expansão e diversificação de nossa base industrial e econômica distribuída em todas as regiões e municípios fluminenses; a escolarização técnica e profissional do trabalhador fluminense e a ampliação de nossa infra-estrutura científica.

Some-se também a essas conquistas e inovações complementares a criação de uma categoria de servidores públicos, no contexto de uma visão gerencial de Estado moderno e suas instituições democráticas, com o papel de guardiões dos direitos de cidadania e de promotores de sistemas produtivos.

Por isso, é hora de dar conta da recuperação da ação política comprometida com os valores e princípios republicanos, trabalhistas e da democracia. Tais princípios deverão ser aperfeiçoados em nosso espaço social com os olhos postos no futuro. Isso só se concretizará quando os interesses

sociais, políticos e econômicos da população estiverem colocados no centro das atividades governamentais e estas forem orientadas para o progresso, a segurança das famílias e o bem estar material e espiritual de nosso povo.

Um plano fundado nesses pilares conceituais, para ser eficaz e efetivo, tem que ir muito além do discurso; deve ser construído ouvindo-se ao maior raio possível, em todas as etapas, e em todas as regiões do Estado, o mais amplo número de agentes sociais, econômicos, políticos e de forças culturais, o que o tornará um documento de compromisso coletivo e de efetiva legitimidade.

Vale destacar também que esse plano é um instrumento vivo e dinâmico de apoio à transformação de nossa realidade complexa, dotado de um método testado em um sem número de situações, comunidades, bairros e regiões. Por isso, será chamado a se adequar a mudanças das situações políticas e sociais nos mais variados contextos, e sempre que posto a frente de diagnósticos mais precisos e soluções criativas. Por isso, embora seja ele um plano flexível, seus princípios e objetivos estratégicos, suas diretrizes e opções políticas expressam compromissos inarredáveis do governo a ser eleito.

O próximo governo, do Partido da República, reafirma sua opção pelo desenvolvimento equitativo de todas as regiões fluminenses, na identificação cada vez mais profunda de seus principais e reconhecidos problemas. Assim como, e, sobretudo, pela retomada de soluções inovadoras que deram certo, e pelo incentivo ainda maior à criatividade de propostas voltadas a obter todas as sinergias, sociais e econômicas necessárias, da integração do Rio Capital com o Rio Interior, mediados pela Baixada Fluminense.

O novo governo deverá promover a radical recuperação dos valores republicanos. Voltará a olhar com atenção especial aos menos assistidos da população no sentido de mitigar as mazelas sociais que persistem e afligem grande parte do cotidiano de nosso povo visando ensejar janelas de

oportunidades sustentáveis de vida digna através de emprego, capacitação para o trabalho e educação continuada.

Em uma palavra: o compromisso central do novo governo é com a vida de cada cidadão fluminense e carioca. Uma vida efetivamente digna de ser vivida e festejada. Uma sociedade assim fundada nos princípios e valores republicanos será uma sociedade acolhedora de todos os que nasceram ou buscaram nosso Estado para viver.

O próximo Governo também deverá se posicionar contra a destruição predatória dos recursos ambientais e naturais de uma exuberante beleza plural e única de nosso Estado do Rio de Janeiro, como a ela se referiam os republicanos Nilo Peçanha, Getúlio Vargas, Alberto Torres, Roberto da Silveira, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e outros raros estadistas brasileiros sensíveis às nossas melhores potencialidades fluminenses.

O próximo período governamental terá que exercer no seio da Federação brasileira um papel decisivo na viabilização dos projetos e compromissos assumidos para importantes eventos mundiais, como a Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016), tendo sempre em vista os altos interesses do Estado e de seu povo.

Para isso, a preparação do nosso povo, a implantação de infra-estrutura urbana, física, esportiva e institucional e a modernização dos nossos serviços públicos serão essenciais e integrarão permanentemente a agenda governamental em todas as áreas. O caráter internacional da cidade do Rio e de nossas cidades interioranas mais conhecidas no Brasil e no Interior terão uma oportunidade impar no antes, durante e após a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

A segmentação do Plano de Governo não comprometerá a visão unitária, integrada e holística de abordagem dos problemas fluminenses e das políticas orientadas para melhor corrigi-las. Tais políticas serão acopladas a um modelo

gerencial inovador de coordenação e de descentralização especializada e regionalizada – Agencias ou Consórcios Regionais – voltados ao planejamento e gestão de políticas de desenvolvimento local, apoiadas em uma gestão fiscal moderna que potencialize resultados, evite desperdícios, melhore o padrão dos gastos públicos e, sobretudo, seja capaz de produzir resultados práticos para o cotidiano do cidadão.

Porém, nada disso será possível, sem a essencial participação do cidadão *nas tomadas de decisão*, do planejamento à implementação da ação governamental, assim como o seu indelegável papel de protagonista do controle social dessas ações. Este é o momento de desenvolver as instituições e afirmar valores republicanos.

## **2. O método de planejamento participativo**

O plano aqui apresentado é apoiado na teoria do planejamento estratégico e situacional (PES) para o setor público em uma sociedade democrática e que tem o ser humano e a valorização da vida em primeiro lugar nas políticas públicas. Essa teoria inovadora foi desenvolvida por Carlos Matus (1) e outros autores que refletiram sobre as causas republicanas. Porém, foi adaptada às condições locais e de abrangência do ente público em pauta, o governo estadual. Essa teoria é crítica em relação ao planejamento normativo e determinista tradicional, tão comum na atividade dos governos quanto responsável pelo tecnicismo exagerado que tem levado a fracassos e frustrações dos governos. Nesses modelos normativos de planejamento apenas um grupo planeja e os demais tentam executar suas proposições. Para o autor desse método a atividade de planejamento é permanente e coletiva, pois as condições mudam assim como os agentes que influenciam a favor e contra a transformação da

---

<sup>1</sup> [Estudou em Harvard \(EUA\), autor de vários livros editados pela editora FUNDAP, foi ministro de Estado e, -presidente do Banco Central do Governo Allende, no Chile, e dirigiu a Fundação Altavir na Venezuela -](#)

realidade, exigindo o exercício da capacidade de prever e de rever caminhos, reagrupar forças, enfrentar novas, para não deixar de atingir os objetivos. Ele está baseado no triângulo: Projeto de Governo (conteúdo propositivo); Governabilidade (peso das variáveis controladas e não controladas pelo governo) e Capacidade do Governo (conjunto de técnicas e métodos empregados pelo governo).

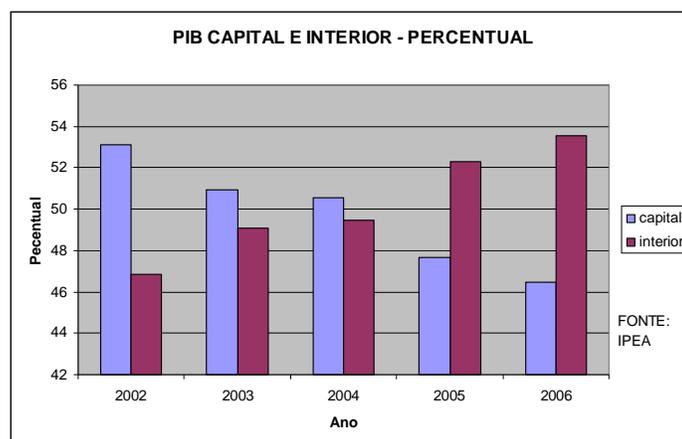
Diferentemente também dos planos normativos e tecnocráticos, o método aqui empregado considera que o planejamento deva ser uma atividade de processamento técnico-político onde variáveis técnicas e políticas interagem no processo decisório. Para chegar até aqui, os responsáveis pela presente proposta de Plano de Governo percorreram todas as regiões do estado, ouviram as diversas comunidades locais, consultaram especialistas e líderes da academia, do meio empresarial, social e político além das experiências bem sucedidas aqui, como são os casos dos governos Garotinho e Rosinha, e no que ocorre em noutros estados. Por tudo isso, não faz sentido apresentar este Plano como encerrado. Durante o próprio processo eleitoral incorporará críticas e sugestões para aperfeiçoá-lo e para preencher lacunas que emanarão dos debates com os eleitores em geral.

### **3. Os Governos Garotinho e Rosinha uma trajetória de progresso**

De 1999 a 2006, o Estado do Rio de Janeiro trilhou uma trajetória ascendente do ponto de vista econômico e social. Sua dívida com a União, herdada dos governos anteriores, foi negociada em 1999 de forma inegavelmente vantajosa para o Estado. Com isso, o Estado foi viabilizado econômica e financeiramente, modernizou-se e foi ao encontro de novas funções para as quais não se encontrava aparelhado. Ao mesmo tempo, implementou-se uma vigorosa política de incentivo ao desenvolvimento econômico, constituída de

dezenas de leis, decretos e portarias, voltada a explorar as potencialidade regionais, à recuperação de setores tradicionais da economia fluminense (ex. indústria naval e siderurgia), à criação e consolidação de setores modernos (por ex. biotecnologia, tecnologia da informação, gás químico e petroquímico) tendo em vista gerar e melhor distribuir, em todo o território, os frutos do progresso pelo conjunto da população. Esse avanço, considerado a verdadeira fusão por integrar a capital e o interior, foi possível graças a uma política de investimentos públicos de mais de quase R\$5 bilhões, visando fundamentalmente a ampliação da infra-estrutura econômica e social.

Um dos resultados mais marcantes das transformações ocorridas no Estado do Rio de Janeiro no período dos governos Garotinho e Rosinha foi a visível interiorização do desenvolvimento econômico com ampliação da base industrial através dos pólos regionais. No gráfico abaixo, do IPEADATA, fica evidenciada a inversão da composição interna do PIB do Estado. A Capital era responsável por quase 55% do PIB do Estado. Depois dos dois governos, o Interior passou a representar quase 55%, resultando em um Estado mais equilibrado do que aquele existente ao início do ano de 1998. Considerações idênticas sobre o equilíbrio podem ser encontradas na comparação do desempenho das três grandes macro-regiões do Estado, Capital, Baixada e Interior.



Em contraposição, no período Cabral, observou-se um retrocesso inaceitável das políticas de distribuição de recursos de infra-estrutura e na aplicação do conjunto de incentivos fiscais e financeiros para manter a trajetória de progresso e de busca do equilíbrio inter-regional. A prova disso, é que não se conhece nenhum projeto econômico e social econômico do atual governo do porte dos projetos observados no período 1999/2006, na direção dessa trajetória ascendente de progresso com equilíbrio entre as regiões.

Vale salientar que as políticas econômicas praticadas nos governos Garotinho e Rosinha, e que juntas praticamente abrangeram cerca de oito anos de gestão, inverteram a curva de baixo crescimento e esvaziamento econômico-social, e mesmo cultural, que o Estado vinha sofrendo desde sua criação em 1975, tendo, a partir de 2003, passado a ser a 2ª renda per capita entre todos os estados federados e do Distrito Federal (FGV).

É nesse período que houve a recuperação da indústria naval, praticamente extinta na década anterior, que foi dado início à implantação de grandes complexos industriais, como complexo gás-químico, a Companhia Siderúrgica do Atlântico, a refinaria petroquímica-COMPERJ, o Pólo Gás-Químico, novas fábricas da Michellen, AMBEV, Gerdau, Votoratin, entre outros. Assim como a ampliação da rede estadual de ensino universitário em quase 100% na oferta de vagas, graças a implantação de mais duas universidades públicas estaduais (CEDERJ e UEZO) e ao crescimento exponencial do número de matrículas na rede de ensino profissionalizante através da FAETEC, onde decuplicou-se a oferta de vagas em poucos anos de atuação e deu-se a ampliação do número de matrículas do ensino médio de 300 mil para 600 mil.

Empreendeu-se também a construção de uma rede de proteção social para atender emergencialmente a centenas de milhares de fluminenses que se encontravam em situação de pobreza e condenadas ao desamparo. Assim, foram

implantados projetos como o cheque-cidadão, restaurantes populares, clínicas populares, farmácias populares, entre um conjunto de mais de 60 ações, praticamente dizimadas pelo atual governo.

O Poder Judiciário Estadual adquiriu sua verdadeira independência na gestão autônoma das receitas de taxas judiciais e, por isso, obteve o melhor desempenho gerencial entre todos os Estados Federados beneficiando principalmente o cidadão simples. A política de segurança foi estruturada e contemplada com projetos inovadores como o das delegacias legais (com reconhecimento da ONU) que transformaram radicalmente o padrão de atendimento pré-existente, com a construção de cinco batalhões, o aparelhamento da policia científica com laboratórios modernos de DNA e Balística, a criação do ISP - Instituto de Segurança Pública, as Áreas Integradas de Segurança, os Grupamentos de Policiamento em Áreas Estratégicas - GPAE, ampliação do contingente de PM e da Policia Civil, além de elevação do padrão salarial dos policiais.

Infelizmente essa trajetória, fartamente reconhecida em estatísticas e indicadores, foi descontinuada pelo atual governo a partir de 1º de Janeiro de 2007, embora o Governador Sérgio Cabral tenha sido eleito com um programa e uma plataforma de compromissos de continuidade dessas ações, conforme fartamente documentado em seus planos e projetos apresentados no período eleitoral.

### **Governo Cabral: um retrocesso para o Estado**

O governo atual, embora tenha recebido significativo volumes de recursos federais, cuidou de desconstruir, por pequenez política, os programas sociais e econômicos do governo anterior, em especial a política econômica, uma das mais bens sucedidas, que visava a atração planejada de empresas para as diversas regiões do Estado, através dos chamados Pólos de Desenvolvimento. Essa descontinuidade administrativa provocou a estagnação da agricultura e seus

projetos, como o da pecuária leiteira e de fruticultura, ao abandono de um vasto programa de obras de infra-estrutura econômica, como de construção e melhorias de estradas, acabou ou inviabilizou a maioria dos programas que integravam a rede de proteção social.

Não foi capaz de edificar ou sequer manter um programa de construção de moradias dignas, impôs perdas salariais a policiais civis e militares, professores e profissionais da saúde, além de reprimi-los em seus direitos legítimos de manifestação. Desvalorizou muitas outras categorias de servidores públicos e descuidou da atenção dispensada aos municípios. Pior, tenta nos últimos meses, compensar tal ausência, prometendo recursos que não se viabilizarão e gastando recursos em publicidade vazia na qual não faltam placas e maquetes.

Como resultado dessa atuação nefasta e anti-republicana, percebe-se um quadro de redução de expectativas de desempenho em todos os setores sociais e econômicos do Estado, o que se reflete na perda de liderança do Estado do Rio no conjunto da Federação, contrastando com seu papel na história da construção do Estado Brasileiro, e sua redução à posição de quase território dependente do poder central.

#### **4. Principais Problemas**

Em consequência dessas circunstâncias de reversão e perdas, podemos observar com sentido de acuidade alguns dos problemas que terão que ser enfrentados com união, capacidade política, mobilização de boa técnica e de mobilização da sociedade frente aos nossos problemas comuns no encaminhamento da gestão do próximo governo, a saber:

- I. Atrofia do papel do Estado em prol do interesse privado, contra o interesse público como é o caso da inépcia com que vem sendo tratado o

- regime de concessões de serviços públicos e a prestação de serviços essenciais voltado ao cidadão;
- II. Baixo crescimento econômico diante das enormes oportunidades sustentáveis que se apresentam no plano local e internacional para atrair empresas de fora do Estado e de expansão de novos empreendimentos;
  - III. Desemprego persistente, sobretudo nas camadas de menor índice de escolaridade (, mas não exclusivamente, e que poderia ser mitigado com uma política de geração de emprego fomentado pelo Estado );
  - IV. Baixo desempenho do sistema escolar estadual fluminense com reflexos *negativos* nos índices de escolaridade da população, de capacitação profissional e perfil empreendedor;
  - V. Saúde pública caótica com comprometimento geral do funcionamento essencial do SUS em nosso Estado, com práticas de custos distorcidas como o caso denunciado de serviços de manutenção de ambulâncias (caso Toesa), envolvendo familiar do secretário de saúde, e os custos abusivos do aluguel de containers das UPAs, além das perdas de medicamentos por total descontrole.
  - VI. Redução substantiva do ritmo de construção anual de moradias populares, urbanização de logradouros públicos e parcerias municipais que as viabilizou no passado, com perdas de oportunidade de geração de empregos;
  - VII. Finanças públicas desorganizadas, com déficit orçamentário em 2009 da ordem de R\$900 milhões, desmonte das equipes técnicas que levaram o Estado a gerar no passado substantivas elevações da arrecadação de suas receitas ordinárias e à materialização de receitas extra-orçamentárias;
  - VIII. Transporte público caótico com perda crescente de controle do Estado sobre suas principais concessionárias com claro beneficia ao modal -

- ônibus - e de conflito com o transporte alternativo em nome de um suposto choque de ordem no setor;
- IX. Baixo investimento público em infra-estrutura econômica e social e em incentivos à criação de atividades produtivas que movimentem as diversas redes produtivas fluminenses *segundo suas reais vocações*;
- X. Baixa eficiência da política de segurança pública baseada inicialmente apenas no confronto aberto em locais concentradores de pobreza, sem ações de prevenção à criminalidade junto à juventude, sem que se tenha observada a repressão seletiva aos chefes do crime organizado e aos crimes de colarinho branco, e continuidade dos investimentos no setor de inteligência policial. As UPPs, são verdadeiras mistificações, não passam de intervenções negociadas em comunidades de grande visibilidade que tem provocado o deslocamento de bandidos, com suas armas e drogas, para outras comunidades da cidade, da região metropolitana e para o interior.
- XI. Uso e abuso de aplicação de recursos públicos para propaganda oficial visando legitimar atitudes de massacre de manifestações opositoras e perseguição de atores independentes, de subordinação de políticas editoriais, além, de contrariar mais um dos compromissos de campanha, além de afrontar a legislação eleitoral.
- XII. Destruição de redes de proteção a testemunhas e das pessoas ameaçadas ou vítimas das violências materiais, físicas, psicológicas e simbólicas.
- XIII.** Destruição de todos os mecanismos de combate, controle da corrupção, abuso de autoridade e tráfico de influência, ora agravados pelas práticas anti-republicanas do próprio integrantes da cúpula governamental no manejo da coisa pública.

## 5. Princípios do próximo Governo

Os princípios enunciados a seguir definem o perfil do próximo *governo*; são *eles compromissos* inarredáveis, bases de orientação da ação do Estado Republicano, e tem em conta os mais elevados interesses do cidadão.

### **Universalização da saúde e da educação como bens inalienáveis do cidadão**

A saúde do cidadão e a educação são bens inalienáveis do cidadão e por isso devem orientar a ação do Estado Democrático e Republicano e do próximo governo. No caso da Saúde, o Estado deve mobilizar todos os seus meios econômicos, financeiros, políticos e gerenciais para que o SUS preste os serviços de fato o serviço a todos os cidadãos, da atenção básica aos serviços de alta complexidade. Assim como, em plena era do conhecimento, a educação em geral, dividida nos seguimentos infantil, básico e superior, além da alfabetização ampla da população, são aqui tratados como bens essenciais do cidadão;

### **Defesa da Economia Regional**

A Republica Federativa, inscrita na Constituição Brasileira em vigor, se apóia na autonomia dos entes federados formada pela União, Estados e Municípios. As mudanças do mundo contemporâneo, o aumento da complexidade dos problemas e da baixa eficácia dos governos em geral, têm elevado a importância dos governos locais na implementação de policias econômicas e sociais, especialmente pela proximidade que guardam com seus governados e por isso pela possibilidade de atendê-los em suas demandas. A conciliação dessa descentralização deve ser realizada pela União com suas políticas de estabilização e distributiva. Ao Rio de Janeiro faltou justiça fiscal da União quando manteve na CF de 1988, em seu Artigo 155, a restrição ao poder dos Estados de tributar com o ICMS a produção de petróleo, deixando-a apenas no

destino. Apenas essas perdas na economia representam, por ano, mais de R\$ 4 bilhões. Recentemente, com a emenda Ibsen Pinheiro do PMDB, o Estado está ameaçado perder mais R\$ 10 bilhões dos royalties e participações especiais derivados do pré-sal. Os governos Garotinho e Rosinha sempre se pautaram pela defesa da economia local, como no caso da recuperação da indústria naval, encontrada falida, e na negociação da dívida com a União no governo Garotinho. O Governo Cabral capitulou na questão dos royalties, cometeu sucessivos erros de condução do assunto e colocou o Estado do Rio numa posição subalterna não condizente com sua história de lutas republicanas.

### **Busca do pleno emprego**

A geração de empregos numa sociedade passa por três estratégias: pelo investimento público em escolas, hospitais, rodovias, ou subsídio ao consumo popular; pelo investimento privado, através da redução seletiva de impostos, ou pela redistribuição de renda das camadas mais ricas para as mais pobres. De fato, o desemprego é uma das marcas mais cruéis do capitalismo globalizado. O emprego desordenado de tecnologias, sem políticas sociais geradoras de novas oportunidades, a ganância que move o sistema financeiro, e as políticas neoliberais de redução da presença do Estado, tem levado à concentração cada vez maior da riqueza, o aumento da disparidade social, e a ampliação da miséria nas cidades de todos os portes, especialmente as grandes concentrações urbanas. Esse desequilíbrio é causado pelo predomínio da visão de que o mercado resolve tudo, e que bastam os investimentos privados para dar conta do emprego. Essa visão está presente nos dirigentes das economias e também no atual governo do Estado. O próximo governo colocará os instrumentos fiscais e financeiros, entre outros, os dispêndios governamentais em investimentos públicos, como o fez nas vezes anteriores, visando atrair e

promover empreendimentos privados e retomar as políticas sociais, para gerar empregos para o maior numero possível de fluminenses.

### **Recuperação do caráter público do Estado**

A onda neoliberal que se instalou nos anos 90 nos países em geral, e no Brasil, teve no Rio de Janeiro um dos momentos de maior intensidade com o primeiro programa de privatização. São exemplos desse processo que irresponsavelmente privatizou o Estado, a privatização açodada da Light, da Ampla, da CEG, dos trens, do Metrô, das Barcas, entre outras. Passados quase 15 anos, o resultado pode ser medido pelo caos instalado em quase todas as concessões feitos com apoio do atual governador e ex-presidente da ALERJ.

Mas o legado pernicioso para o Estado não foi apenas o colapso de vários desses serviços. Tem-se acentuado no atual governo a perda do caráter publico do Estado Republicano, definido na Constituição. Diversos casos de omissão do poder concedente, como no caso dos trens e Metrô, agravados pela participação acintosa da primeira dama na defesa jurídica das empresas concessionárias privadas e, ao mesmo tempo, a ampliação dos prazos de concessões, mesmo diante das falhas técnicas absurdas no dia a dia desses serviços que afrontam ao cidadão. As agencias reguladoras não cumprem seu papel e não recebem o apoio político do Poder Executivo Este último tergiversa e deixa de usar seu poder constitucional de intervir nessa realidade, sob o argumento infantil de não prejudicar a atração de investimentos privados. O próximo governo tomará medidas drásticas para reduzir os danos ao cidadão e ao Estado, tomando medidas judiciais ou administrativas cabíveis no campo da recuperação e preservação do caráter publico do Estado.

### **Defesa dos nossos recursos ambientais e da vida**

O Rio de Janeiro assistiu em seu território a realização da maior conferencia de meio ambiente já realizada, a Conferencia Rio-92. E prepara-se para sediar a Rio 92 + 20 no ano de 2020. Sua natureza formada de montanhas, lagoas, baías,

praias, planícies, parte da mata atlântica, se constitui em verdadeiro patrimônio da vida. O próximo governo se guiará pela sua preservação, pela sua manutenção e desenvolvimento, pelo seu acesso a todos sem degradá-lo e pela conservação da vida. A presença em seu território da maior jazida de petróleo, desafia-lhe a utilizar tais recursos não renováveis para desenvolver técnicas e aplicações que leve-nos desenvolver nossa matriz energética. Projeta-se uma matriz mais limpa e renovável, como no caso do Biodiesel, que nos Garotinho e Rosinha se desenvolveu de forma pioneira com a reciclagem de óleos vegetais, a introdução na frota de ônibus, assim como as primeira experiências de produção do Biodiesel a partir do esgoto na Estação Alegria do PDBG. O próximo governo verá esse desafio como um instrumento de gerar empregos e oportunidades e não um mero ato de fiscalizar o uso de tais recursos ambientais.

## **6. Objetivos Gerais do Plano**

O objetivo geral do próximo período de Governo deve ser o de retomar a trajetória de crescimento econômico e social que vinha ocorrendo de 1999 a 2006, fundada na recuperação dos valores republicanos, tendo em vista os seguintes objetivos específicos prioritários:

6.1 Recuperação do caráter público, planejado e gerencial do Estado e de sua função indelegável de promotor/indutor do desenvolvimento e de regulador do mercado tendo em conta os interesses da população fluminense;

6.2 Reconstrução de políticas sociais estratégicas como desenvolvimento econômico, educação, saúde, meio ambiente, defesa civil, transporte, saneamento, moradia e segurança.

6.3 Ampliação da base industrial e de serviços nas diversas regiões do Estado, com ênfase na utilização de processos sustentáveis, tecnologias limpas e criação de empregos;

6.4 Reconstrução, ampliação e aperfeiçoamento da rede fluminense de proteção social;

6.5 Aproveitamento adequado de nossos principais ecossistemas predados pela ação do homem e das empresas, através do reflorestamento, defesa das fontes de água natural e recuperação de solos em áreas consideradas degradadas;

6.6 Finalmente, o novo governo tem como eixo o irrestrito laço de solidariedade e fraternidade dos que aqui moram ou estejam de passagem. A pátria de covardes e traidores não se coaduna com as nossas melhores tradições, hábitos e costumes. A bajulação não condiz com nossa tradição libertária e autonomista.

## **7. Diretrizes e Programas de um Governo Republicano: Emprego, Bem Estar Social e Defesa da Vida**

Fundadas no tripé, Emprego, Bem Estar e Defesa da Vida, a seguir são apresentadas as diretrizes voltadas para o desenvolvimento econômico e sustentável com geração intensa de empregos e defesa da natureza (7.1), as que darão conta das emergências sociais (7.2) e aquelas sociais estratégicas (5.3).

### **7.1 Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Defesa da Natureza.**

O desenvolvimento econômico do nosso estado deve estar orientado para a retomada das políticas de geração de oportunidade de emprego e renda nos setores da agricultura, indústria, serviços e turismo, nas políticas voltadas para o bem estar de nosso povo e na defesa intransigente da vida. Infelizmente, a geração deficitária de empregos e de oportunidades de trabalho produtivo junto ao mercado constitui-se hoje em dia no mais grave problema e como tal abate-se sobre a realidade fluminense de forma dramática. Por essa razão o próximo Governo e a Sociedade devem chamar a si novas responsabilidades na

busca de respostas que liberem a economia local dos obstáculos à sua plena realização.

Historicamente, o fenômeno do desemprego se abateu no Rio *de Janeiro como Estado* de forma diferenciada e possivelmente mais perversa. Ele se relaciona à transferência da capital *federal* para Brasília e a falta de qualquer compensação *financeira ou de outra natureza* pela União. Tem também a ver com a onda neoliberal do governo FHC e seus aliados locais, entre eles o atual governador Cabral que na ocasião, como presidente da ALERJ, patrocinou a transformação do Estado do Rio em uma triste vanguarda dos Programas de Privatizações. Juntando-se a isso a proibição de recolher na origem o ICMS do Petróleo, podemos afirmar que o Estado do Rio foi mais prejudicado dos Estados por ter abrigado grande contingente de empresas estatais privatizadas.

Além do mais, essas privatizações, além do desemprego que delas resultou, trouxeram também a precariedade dos serviços públicos, podem ser vistas e sentidas hoje, bastando ver os casos da Light, Ampla, Metrô, Supervia, cujo processo de transferência para o controle privado foi feito às pressas (independentemente se corretas ou não) sem a devida preparação do Estado para exercer suas funções indelegáveis de regulador e fiscal dessas concessões. No caso do governo Cabral, como denunciado ao MP, a própria família participa de uma e outra maneira da advocacia das concessionárias de transporte sob trilhos.

Foi também nesse período que as camadas médias também sofreram perdas em seu poder aquisitivo decorrentes das privatizações, reestruturações e práticas de desemprego forçado nas estatais, no segmento bancário, nas empresas do setor elétrico, nas secretarias e nos órgãos estaduais delas dependentes. A prática de importação de gestores e modismos gerenciais de

fora do Brasil e do Estado ajudou a mudar o perfil da classe media local que vem passando por um progressivo mecanismo de exclusão e perdas.

O achatamento de seus rendimentos familiares e a forte penalização da classe trabalhadora fluminense deram oportunidade a que florescesse um estilo de desenvolvimento de baixa desempenho; infelizmente para todos nós fluminenses isso só começou a ser revertido no Governo Garotinho e nas proximidades do final do 1º Governo de Lula e início de sua segunda gestão em 2003.

Com o inicio da Administração Garotinho, o sinal fluminense foi claramente invertido graças a políticas econômicas e sociais ajustadas a um desenvolvimento regional homogêneo, como a política forte de atração de empresas, de apoio à capacitação da classe trabalhadora (CEDERJ, UEZO, FAETEC, UERJ e UENF), de uma planejada distribuição dos pólos econômicos, segundo vocações pré-estipuladas, e fortes investimentos voltados à consolidação e ampliação de infra-estrutura econômica (estradas, energia, portos e aeroportos ).

Note-se que em nosso Estado, o problema social agravou-se ainda mais pelos adensamentos populacionais populares, sem qualquer planejamento e infra-estrutura pública relevante, como se constata nas favelas e nos morros, as ocupações de beiras de corpos d'água e estradas, verdadeiros territórios informais em franca contraposição com uma natureza rica em enseadas, brejos, rios e lagoas e até mesmo de áreas planas nas periferias urbanas vizinhas a áreas rurais, via de regra sujeitas a inundações.

Tais adensamentos populacionais intercalam-se com bairros de classe média, condomínios de luxo e moradias isoladas de segmentos de alta renda como marcas da Capital e do Interior do Estado, a expor a enorme distancia entre ricos e pobres no Rio de Janeiro e os contrastes de natureza cultural e racial que compõem essas aglomerações com razoável percentual de migrantes.

Daí, a necessidade de acionar mecanismos públicos para formular soluções adequadas e objetivas para o enfrentamento da questão crucial da crise do emprego com base no papel indispensável do Estado que se prepara para agir no plano assistencial. Enquanto o Governo Militar empreendeu grandes projetos estruturantes como a ponte Rio - Niterói, Metrô e o Porto de Sepetiba, deixou-se à margem o plano do desenvolvimento regional, onde Estados e Municípios pudessem atuar livremente, mas de forma planejada e consciente ordenando o uso do solo, prevenindo a ocupação de encostas, desenvolvendo a infraestrutura econômica e social e gerindo serviços públicos regionalmente e de forma consorciada, e sem intervenção de um governo central intervencionista que possa inibir a movimentação dos agente sociais e econômicos locais.

Foi o Governo Brizola, escolhido pelo voto num movimento insurgente sem precedentes, ocorridos sete anos depois de ter sido criado o Estado do Rio de Janeiro, para conduzir os destinos de toda uma coletividade politizada e insurreta, que levantou as primeiras bandeiras desenvolvimentistas, nitidamente republicanas e de defesa do Estado federado como necessidade inadiável.

Felizmente para todos os fluminenses das camadas mais necessitadas e empobrecidas, e em continuidade a todo um ciclo republicano e trabalhista, o que aqui se fez entre 1999 e 2006, encontrou eco nas novas políticas sociais do Governo Lula. Nesse período de atuação do Governo Federal, é forçoso reconhecer, que passou a prosperar um conjunto de medidas de amparo das classes populares e de recuperação do poder de compra das mesmas, guiadas pelo termômetro do salário mínimo, com programas tais como o cheque-cidadão, posteriormente espelhado pelo Bolsa Família, a elevação do piso salarial das mais variadas classes de trabalhadores do Estado do Rio e pelo simultâneo do

aumento salário mínimo nacional, o restaurante popular, farmácia popular, jovens pela paz, etc.

Políticas públicas criadas no Rio de Janeiro, desenvolvidas pelos Governos Garotinho e Rosinha, chamadas de populistas por alguns, medidas essas que mais tarde se “nacionalizaram” e se somaram às políticas anti-cíclicas do Governo Federal como reação a políticas adesistas e neoliberais dos anos noventa, e que nos projetaram no plano nacional como há muito não se (via) assistia em nosso estado.

Na verdade, temos agora em 2010, com a interrupção de uma trajetória de progresso e de intensa criatividade nas políticas publicas, um grande desafio federativo a ser debelado: o de tratar de reeditar no 2º Estado da Federação as políticas desenvolvimentistas e da geração sustentável de empregos e oportunidades; ao mesmo tempo, há que promover uma ampla continuidade a políticas sociais abandonadas pela atual administração Cabral que, reconhecidamente, traiu seus compromissos eleitorais junto ao eleitor e abandonou programas e projetos da maior importância.

Nosso Estado carece de um novo choque de republicanismo que o habilite a reassumir políticas de desenvolvimento a seu alcance e profundamente enraizadas na realidade sócio-ambiental. O problema do emprego produtivo e da capacitação de pessoas para exercer novas funções, é um problema que é tanto das empresas quanto do Estado. Trata-se de um flagelo dos nossos tempos e que requer políticas de capacitação que auxiliem à classe trabalhadora frente às novas exigências de reciclagem e recapacitação das pessoas.

Sendo assim, há que se cuidar de incorporar trabalhadores de elevada sofisticação tecnológica, como o são os oriundos dos centros de excelência acadêmica aqui instalados, como também daqueles que ainda não atingiram tal patamar de formação educacional, mas que provêm de um povo de alta criatividade e inventividade. O Estado via seu poder de tributar e legislar, pode

e deve prover meios que ajudem a promover um mutirão cívico-institucional capaz de fazer reverter esse quadro inaceitável de desemprego crônico de grande quantidade de fluminenses do Estado do Rio e do Brasil.

É juntamente com essa visão enriquecedora do Estado de per si, sensível ao contexto das empresas e das pessoas, com os quais governo operará um *novo ciclo de investimentos públicos continuados tendentes à sua capitalização*; desta feita sob o mesmo perfil de liderança, mas em articulação cada vez mais envolvente de organizações do Governo Federal e em franca cooperação com Estados vizinhos (Minas, São Paulo e Espírito Santo) e com os Poderes Municipais devidamente articulados e sensibilizados para essa política.

Assim como o capitalismo soube reagir quando a crise americana quis impor-se ao mundo, encontrando saídas criativas para salvar seus ativos da débâcle, o desenvolvimentismo, tal como o defendemos, com características fortemente includente de famílias inteiras assoladas pelo desemprego, pela droga e pela desesperança, o que demandará esforços criativos e parcerias com a sociedade para financiar programas de mútuo e convergente interesse. É de salientar-se que no início do Governo Rosinha, criou-se de forma pioneira no Rio de Janeiro o chamado Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, adicionando-se criteriosamente uma cobrança incidente sobre bens e mercadorias quando na circulação de parcelas expressivas das riquezas. Hoje em dia cerca de dezoito Estados do Brasil adotaram providencias assemelhadas à lei fluminense com a diferença mais do que significativa de que no Rio de Janeiro os recursos são expressivos e penalizam a circulação da riqueza e o consumo de alto luxo apenas.

Ao lado disso, o próximo governo terá que constituir a legitimidade governamental indispensável para continuar a realizar parcerias com o setor empresarial privado visando a criação de empregos através da redução de ICMS para projetos de implantação de empresas da cadeia do pré-sal, por exemplo,

setor que reunimos todas as condições naturais e não naturais para o seu Pólo Nacional.

Assim poderá desonerar os investimentos privados na infra-estrutura e logística de seu próprio empreendimento que também se beneficiará desse tratamento, caberá igualmente incentivar empreendimento visando o reflorestamento econômico e ecológico, ainda inexpressivos no comparativo com Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, a implantação de aterros sanitários ou de uso do lixo para geração de energias que se perdem por falta de estrutura e meios municipais adequados, e um sistema de monitoramento de contratos com vista a verificar o cumprimento das cláusulas ambientais e de geração de empregos.

Destaque-se também nesse particular de criação de oportunidades a presença cada vez mais prestigiada da agricultura familiar no país sobre o que o Governo Federal vem emprestando um olhar diferenciado que quintuplicou seus volumes em poucos anos, elevando o montante das linhas creditícias, antes inexistente, bem como as iniciativas de micro e pequenas empresas que cumprem, junto à sociedade, uma função anti-cíclica

A própria questão do meio ambiente conjugada ao desenvolvimento incluyente e sustentável, tenderá a ampliar-se como mercado de trabalho específico derivado de leis mais rigorosas e que, se bem concebido poderá ter curso por meio de prestações continuadas de serviços ambientais; ele se impõe ao quadro regional de natureza exuberante que se encontra à espera de quem deles cuide com políticas de Estado menos pontuais, mais criativas e incisivas.

Tais aspectos aparentemente marginais para alguns menos atentos à cena internacional e brasileira, ainda presos à idéia de um Rio de Janeiro esvaziado e ao discurso retrógrado da desfusão, são elementos geradores de empregos verdes como se observa muitas vezes no campo reformado da agricultura brasileira.

Os movimentos sociais, como o dos sem terra e dos sem moradia, possuem elementos de desenvolvimento de assentamentos rurais e periféricos como locais de produção de riquezas, de reaproveitamento de locais aprazíveis do Estado que passaram posteriormente por práticas predatórias no uso do solo e na atuação condenável de pressão sobre meios naturais exercidas nas periferias urbanas de vez que privadas de infra-estrutura. Tais movimentos passarão a encontrar no Estado condições de diálogo, pois demandam ações coordenadas dentro do próprio governo para poder neutralizar conflitos e enfrentamentos (passíveis de serem mediados pelo Estado).

Nas áreas mais rurais e interiorizadas do Rio de Janeiro, bem como das periférico-urbanas, assiste-se à reconversão de fazendas tradicionais em sítios de acolhimento favorecedores de uma nova agropecuária especializada, à instalação de hotelaria e ao ressurgimento de indústria rural, fatos esses que, em princípio não colidem com a atividade mais capitalizada do segmento agropecuário; dessa maneira, reforça-se a formação de cadeias produtivas e prestação de serviços além de um ciclo de reflorestamentos econômico-ecológico fundado tanto na conservação de matas plantadas quanto na recuperação de florestas nativas que estimulam o ressurgimento de paisagens acolhedoras.

Nesse novo ciclo de desenvolvimento de inclusão e sustentabilidade pertinentes às melhores vocações locais que dizem respeito também ao Rio Capital, o que faremos é tratar de associar a necessidade de produção de bens e serviços ao uso de mão de obra local, capacitação de pessoas e equipes, aliando-as à assistência financeira, emprego de boa técnica e suporte à elevação do processo de organização da produção a exemplo do que se fez no programa frutificar, ampliando-o. Assim como de estratégias de diálogo com esses novos agentes aqui se trata, caberá ao Estado capacitar-se internamente e preparar quadros para tanto; agir com presteza e promover as chamadas organizações do

terceiro setor passará a ser uma missão desenvolvimentista sustentável, de vez que muitas vezes tais estruturas organizacionais concentram um papel diretor por força de conhecimentos acumulados que se somarão, logicamente a toda uma experiência pregressa reunida pelo Estado durante décadas de atuação.

É preciso então que o futuro governo retome essas linhas de desconcentração de esforços desenvolvimentistas de caráter econômico-social e realize uma nova administração, além de promover energias estaduais represadas por quatro anos de obscurantismo e desacertos como se observa agora com a votação da lei do Pré-Sal onde a atuação das autoridades deixou enormemente a desejar. Cuidados especiais serão adotados com a degradação dos principais serviços concedidos na região metropolitana com os meios de transportes sobre trilhos e barcas; na nova administração trataremos de substituir o padrão atual por um desenvolvimento equilibrado e indissociável de uma atuação do Governo do Estado que se republicaniza e se revitaliza para melhor servir à Sociedade.

O próximo governo deve aprofundar o processo industrializante de todas as regiões do Estado inaugurado pela gestão criativa do governador Garotinho nesse campo como estilo de atuação capaz de ir mais além dos pólos de desenvolvimento e de programas sociais paralelos, revalorizando os melhores fluxos de intercambio com o Interior, assim como o fortalecimento de redes de proteção social em parceria com a União e com os Municípios.

O próximo governo pretende desenvolver um padrão de Estado fortemente presente no planejamento substantivo dos serviços públicos sob avaliação constante a partir de estudos minuciosos de suas potencialidades logísticas e de indicadores previamente determinados que retirem o Estado da posição de refém de situações de fato criadas pelas privatizações.

Pretende-se abrir uma era em que o Estado se paute pelo espírito republicano em sua atuação cotidiana e que possa fazer das várias frentes de

atuação do aparelho estatal, uma concertação de entes organizacionais e institucionais. Um Estado capaz de agir com sensibilidade para a defesa do meio ambiente em suporte à Sociedade, e que atue na recuperação do bem público muitas vezes debilitado por um elenco de carências mal resolvidas. Que seja aberto a procedimentos de participação do cidadão no controle social como parte integrante deste planejamento participativo que defendemos para governar.

Assim sendo, tendo em conta os diversos processos de crise acima expostos, é de salientar-se que a intervenção reguladora ou mesmo executora do Estado na esfera do mundo do trabalho terá que ser encarada como necessidade civilizatória ansiada por parcelas expressivas da população, inclusive contra lobbies e pressões de fornecedores de bens e serviços que tentam inibir atividades “concorrentes”, contando com o silêncio conivente de parcelas da mídia.

Muito especialmente no plano da erradicação da pobreza e da miséria, com mudanças junto às famílias que dependem dos suprimentos básicos, na própria fabricação (via o Instituto Vital Brazil) e distribuição de medicamentos de interesse e uso intensivo das camadas populares, através também, por exemplo, da reativação das Farmácias Populares, extintas pelo governo Cabral.

Assim como também no campo da oferta de vagas e do acesso às Universidades públicas, da segurança pública de interesse comunitário real e da realização de obras de urbanização há muito a ser aperfeiçoado e desenvolvido que contraria interesses tradicionais que, enquistados em determinadas estruturas organizacionais e representações, teimam em favorecer-se da posição especial que ocupam para conservar privilégios e deter informações. O próximo governo atuará na proteção das iniciativas comunitárias que signifiquem o fortalecimento de recursos públicos que possam beneficiar a economia local e as famílias residentes com um mínimo de mediações externas e conhecimento

*de todos em seu processo de alocação.* O governo dará prioridade a uma política de irrigação dessas economias locais com uso inovador de seu poder de compra ou com créditos desburocratizados que precisam fluir de outra maneira..

O braço planejador do Estado republicanizado requer uma preparação específica para que cada empreitada seja capaz de eliminar e vencer obstáculos reais, constituir nas Secretarias de Estado e nas Agencias Regionais descentralizadas a visão de **um** Estado *verdadeiramente* empreendedor e participativo, *destituído de qualquer viés de arrogância*, ao alcance das pessoas e das famílias, projetando-se *também na ponta dos acontecimentos* a dimensão tão esquecida do interesse público *junto a todos os municípios do Rio de Janeiro.*

Na atualidade, proteger e promover os recursos naturais fluminenses de forma planejada, cientificamente estudada, continua a ser um fato que requer um pensamento voltado para configurar em nosso reduzido território, todo um complexo de atrativos adicionais ( onde é ) vem a ser descabida a existência de bolsões de jovens desempregados e idosos precocemente “aposentados” com tantas carências sociais ao seu redor.

O nosso governo procurará drenar recursos estatais e privados nessa direção, além de conformar fundos e recursos de investimentos, através por exemplo da INVESTRIO, criada no Governo Garotinho, que se coloquem lado a lado com a população economicamente ativa fluminense e não tão somente como motores de lucratividade descompromissados dos requisitos da sociedade local.

Vale salientar que o Rio de Janeiro reúne um aceitável nível educacional em seu favor, no comparativo com os demais Estados, com taxas de escolarização e performances bem superiores aos demais estados da federação. Mesmo assim, frente ao dinamismo das demandas existentes, há que se ver que boa parte de nossa mão de obra está à margem do mercado de trabalho apenas por falta de preparo específico e certificação formal, para que

a população em idade economicamente ativa possa incorporar-se de imediato ao perfil demandado por grandes e médios empreendimentos industriais e logísticos, como é o caso do COMPERJ da Petrobras, a refinaria conquistada com tantas lutas e embates no plano federativo durante o no Governo Rosinha Garotinho.

Para tanto, teremos que superar o que é o pior e mais complexo no ciclo de quatro anos de governo a ser ultrapassado: a irresponsabilidade cultural a que estão submetidos idosos habilitados, tomados por inservíveis, e os jovens egressos do universo escolar, por falta de experiência, são desprezados pelo poder público, como se estivessem impossibilitados para somar-se ao desenvolvimentista fluminense; esse complexo de situações adversas terá que ser objeto de uma função central de comunicação e mudanças culturais de cunho governamental, mercê de campanhas educativas diárias **em** que o Estado precisará custear essa preocupação inclusiva com o mote de Campanha Cívica através do “Dê Uma Oportunidade em Sua Empresa ao Trabalhador Fluminense de Todas as Idades”.

À visão desenvolvimentista do Rio de Janeiro acopla-se toda uma concepção transformadora e fortemente social-defensiva que tendo vingado nos Governos Garotinho e Rosinha, quando as forças do mercado passaram a se entender num patamar de profissionalismo e objetividade com autoridades de várias áreas governamentais, possivelmente sem precedentes, a exemplo da união estabelecida ao longo de um ciclo continuado de providencias comuns entre o empresariado brasileiro e o internacional como no caso do Pólo Gás-Químico da Baixada Fluminense ou com a CVRD e Thyssen Krupp, caso da CSA, grandes projetos, materializados através da oferta de uma invejável infraestrutura e mecanismos de diferimentos de ICMS.

Tivemos então uma política de pólos industriais, retomadas de vocações regionais como o foram os pólos de modas/confecções, as agroindústrias

sediadas no Norte do estado e a formação de redes estatais/municipais de suporte ao empresariado, e dos mais diferentes portes, com destaque para a expansão econômica de praticamente todas as regiões fluminenses, a intensificação de atividades costeiras como se viu no caso da indústria naval, que praticamente renasceu das cinzas, a interiorização de indústrias de peso relevante como foi o caso do pólo automotivo, do pólo metal mecânico, da economia do leite, reativada com base em recursos estaduais e intervenções transitórias no processo privado de gestão (Parmalat e CCPL), além da exploração mineral *offshore* e da adequada interveniência em função de atividades vinculadas ao petróleo. Isso sem contar com ampliação da participação em nossa matriz energética do gás natural, seja na construção de térmicas *que elevaram a nossa capacidade de prevenir riscos de fornecimento de energias elétrica, seja na utilização do gás como combustível veicular ou industrial e domestica.*

### **Em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente**

Por outro lado, é *forçoso reconhecer* que precisamos defender as belezas naturais do Rio e rever a prática de assistirmos passiva a destruição dos nossos principais ecossistemas constantemente vitimados, como *se observou ao longo de décadas com a Mata Atlântica e as nossas melhores praias e riquezas costeiras*, proclamadas como patrimônios naturais da humanidade as quais precisam ser cuidados enquanto Estado empreendedor, parceiro das organizações do terceiro setor e não apenas como Estado fiscalista como soe acontecer por meio da indústria de multas.

Como Poder Público temos que fazer o nosso dever de casa e ensejar em prol do bem comum um novo ciclo alongado de defesa da natureza intensiva em novas tecnologias e de promoção de um estilo de desenvolvimento incluyente e sustentável, de vez que fundado em atividades turísticas, educacionais,

logísticas e culturais, complementares à utilização dos bens naturais mais emblemáticos presentes em todas as regiões do Rio de Janeiro, cuja força tem sido tradicionalmente subestimada, mercê de uma cultura administrativa de displicência e descaso a esse respeito.

Nossa posição de portal do Brasil, de acesso privilegiado da Europa à América do Sul pelo lado do Atlântico Sul, terá que se projetar em direção à melhor incorporação de nossa plataforma continental fixada pelo petróleo, gás natural, logística costeira e pesca de alto mar, agregando territórios de natureza singular junto à terceira maior extensão costeira do país.

Nesse sentido, refundar o Estado em bases republicanas equivale também a constituir novas capacidades de melhor negociar nossos interesses de unidade da federação e fixação de posicionamentos públicos, descentralizar as ações do poder público, através, por exemplo, de agências e consórcios regionais, e promover Convênios interinstitucionais, para que diligenciar os interesses comuns pelo patrimônio natural em bases cooperativas.

A futura administração terá a capacidade de inovar institucionalmente e de pensar novas funções e infra-estruturas mais permanentes para que esse estilo desenvolvimentista fluminense se imponha e se naturalize: território protegido, clima monitorado, equalização de infra-estruturas físicas, sociais e institucionais, diálogo constante com representantes de Estados vizinhos que permitam a vinda de empresas e investimentos para o Rio de Janeiro são alguns de nossos objetivos e metas de natureza geral a serem especificadas com rigor, acuidade e precisão.

Somos um pequeno e populoso território, com uma população economicamente ativa mais preparada para atrair empresas; temos uma porta de entrada do Brasil por terra, mar e ar que se alargará mediante o conhecimento da Capital, da Baixada Fluminense e do Interior, e que precisam ser embalados por um Estado empreendedor capaz de fazer-se presente no

teatro dos acontecimentos e que cuide diretamente da geração de empregos de múltiplas formas e da criação de oportunidades.

Na verdade, dito de outra forma, precisamos retomar o fio da meada daquela cultura administrativa iniciada com o governo Garotinho, e realimentar um novo ciclo de desenvolvimento atualmente bloqueado pelo obscurantismo reinante no governo Cabral.

O esforço maior do futuro Governo consiste em refazer o Estado como um ponto de convergência de conhecimentos, de diálogo franco com entidades como a FECOMÉRCIO, ACRJ, FIRJAN, ASSESPRO, CLUBE DE ENGENHARIA, INSTITUTO DOS ARQUITETOS, e outras associações do empresariado e da sociedade civil, que contribuíram na construção da experiência de sucesso dos governos Garotinho e Rosinha.

Essa estratégia destemida e ousada possibilitou em vários episódios relevantes o ordenamento e a criação de estímulos fundadores de rotas desenvolvimentistas lideradas com forte amparo do Governo do estado, que conduziram ao ressurgimento da indústria naval, de ampliação da nossa base industrial como um todo, na criação de uma infra-estrutura energética, através da implantação de seis usinas termoelétricas, que nos protegeu dos chamados apagões na geração de energia, como já se disse aqui anteriormente, e do fantasma dos racionamentos, ocorridos no ano 2001 e na disseminação do gás natural como combustível para veículos automotivos, o GNV.

Os mecanismos de apoio a geração de empregos qualificados foram acompanhados de políticas de elevação em mais de dez vezes o alunado da FAETEC, à criação de uma Universidade tecnológica na Zona Oeste da Capital e a criação da inovadora Universidade a Distancia, o CEDERJ, outra política nacionalizada pelo atual governo federal.

Engendrou-se aqui todo um novo padrão de bem estar do povo fluminense que precisa e terá de ser retomado, mas que terá que abraçar o emprego

produtivo e os novos estilos de desenvolvimento antes enunciados como necessários à renovação de estratégias de ação e mobilização de recursos, dentro de um conceito inovador longamente acalentado, através de Agencias locais de desenvolvimento e gestão pública devidamente humanizadas, amplamente participativas e dotadas de meios orçamentários adequados.

Infelizmente, a forma passiva do governo Cabral, aliada a sua incompetência, redundou em um descaso da agenda verde do reflorestamento prometido e não consumado e da reposição florestal que apenas engatinha no Rio de Janeiro, no comparativo com Estados do Sul e do Sudeste do país; formas substitutivas de importações de madeira oriundas de situações duvidosas e defesa dos empregos verdes de que tanto carecemos serão consagradas como prioridades relevantes até mesmo pela revalorização do mundo rural e da agricultura a que fizemos menção; é de salientar-se que Estados próximos e assemelhados em seu porte como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul desenvolveram sua legislação estadual e nós, possivelmente os mais vocacionados para o reflorestamento como atividade econômica, como requisito ambiental inestimável para preservação dos ecossistemas principais e como mecanismo reconstituente dos quadros naturais de origem, não o fizemos.

Foram os nossos bens naturais que nos conduziram à posição de segundo Estado da Federação, vocacionados na esteira de termos sido Capital para abrigar grandes empreendimentos industriais ao lado do cerceamento dos desmatamentos, da criação de florestas plantadas, a exemplo da Floresta da Tijuca. A nova administração terá que voltar a negociar e fazer compensar atividades potencialmente poluentes e reduzir o risco dos ecossistemas atuais com base em mecanismos rigorosos de tratamento atualizado a cargo dos investidores, proteção dos parques e reservas de todo tipo e o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes.

Ao abraçarmos o emprego como problema recorrente do Estado e fortemente incidente no Rio de Janeiro visamos saídas de natureza sócio-ambiental e por tanto produtivas, de vez que passíveis de reconstituição em novas bases, mercê de um novo estilo de desenvolvimento fundado nos quadros naturais fluminenses a começar pelas matas e fontes hídricas mais expostas a práticas poluidoras e de desmatamento. Há que se reconhecer que em meio a essa nova crise do trabalho e também de pressões de todo tipo sobre recursos naturais que se agigantaram nos anos noventa, as janelas de oportunidades de encaminhamento da questão fluminense do desenvolvimento sustentável tendem a impor-se em novas direções, preenchimento de lacunas e falhas legislativas e outros conceitos desenvolvimentistas eu as enriqueçam.

O Estado deve se reaparelhar nessa direção em busca de soluções visando o saneamento ambiental de cidades de pequeno e médio porte soma-se ao grande esforço de proteger a Capital de sua vulnerabilidade óbvia. Concomitantemente aos esforços decenais do CEI VAP, a título exemplo de uma bacia hidrográfica envolvente de três Estados e do próprio abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, há que se tornar o Rio de Janeiro uma economia sustentável capaz de conviver com águas límpidas de suas baías.

Somente pelo lado da revitalização direta e indireta do mercado de trabalho regional seremos capazes de vincular reflorestamento de todos os matizes com atração turística, e vincular atividade turística com base em preceitos culturais e agropecuários de elevados rendimentos em áreas menos ocupadas demograficamente e com isso possam sensibilizar e empresas, neles incluída a própria Petrobrás como parceira.

São milhares de brasileiros e fluminenses pais de famílias, idosos desassistidos, aposentados precoces que procuram oportunidades, e que não as encontram, que satisfaçam o direito elementar ao trabalho como fator de sobrevivência das famílias e de seus filhos, seja porque não atendem

adequadamente aos empreendedores de maior requisito tecnológico, ou mesmo por lhes faltar suporte estatal à requalificação, experiência e perfil profissional.

Na refundação do Estado aqui proposta, o governo promoverá estudos prospectivos com base no saber universitário, científico e tecnológico, visando identificar e prospectar lacunas extensivas a esse campo.

Muitos parecem esquecer que até os anos noventa o desemprego nunca havia sido uma marca central das nossas chagas sociais principais, mas que, no advento do ideário do Estado mínimo e privatizante de que Cabral se fez adepto. Agora, abre-se uma chance real para que o Rio de Janeiro volte a gozar das vantagens de ocupação de espaços territoriais e da preocupação de mobilizar todos os agentes econômicos, sociais e políticos com o objetivo de promover o desenvolvimento includente e sustentável e inclinar a balança por meios diretos e indiretos em defesa do emprego e da economia criativa;

- a) Reestruturar as áreas de finanças estaduais, fomento econômico, financiamento ao desenvolvimento, energia, logística e infra-estrutura voltadas à atividade particular nesses campos de atuação, recriando-se Secretarias de Estado (Receita e Fazenda) indevidamente extintas pela atual administração, voltadas à prestação de serviços especializados para dar suporte não apenas aos empreendimentos empresariais de grande porte, como atualmente ocorre, mas aos micro, pequenos e médios;
- b) Retomar as políticas de investimento público e atração de investimentos privados na ampliação da infra-estrutura econômica, rodovias, como portos, aeroportos, ferrovias, etc.
- c) Retomar o Programa de Interiorização e uso do Gás Natural na indústria, nas habitações, nos veículos, visando defender essa importante vantagem econômica do Estado.

- d) Desenvolver mecanismos de suporte especializado às Agencias e Consórcios Regionais de Desenvolvimento e Gestão Pública, criadas nas mais diferentes regiões fluminenses de desenvolvimento;
- e) Implantar a Agencia e Consorcio da Região Metropolitana capaz de promover a integração de esforços dos três níveis de governo no planejamento, execução ou regulação do de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte, urbanização especial e geração de empregos nas proximidades dos sítios de moradia;
- f) Estabelecer metas gerais e regionais de redução do desemprego, de formalização dos vínculos empregatícios e de qualificação profissional da PEA do Estado através da extensão e adequação da pesquisa mensal de empregos do IBGE a todas as regiões do Estado até que voltemos se volte a ocupar o patamar máximo de 4 % do total dos aspirantes a postos de trabalho;
- g) Reconstituir a Fundação CI DE na estrutura do Estado como um núcleo de geração de indicadores de desempenho econômico-social junto às diversas regiões-programa do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o empresariado, as Centrais Sindicais e às Universidades aqui sediadas.
- h) Gerar diretamente dezenas de milhares de empregos diretos de natureza sócio-ambiental organizadas em frentes ecológicas de trabalho que se dedicarão à reciclagem de matérias descartados, limpeza orientada de rios e valões, preservação de lagoas, praias, encostas e enseadas, apoio à disposição de lixo urbano e rural, atendimento a idosos;
- i) Promover a elaboração de um 1º Plano Diretor Fluminense de Geração de Empregos e Oportunidades que se embase na conclusão dos estudos de zoneamento econômico e ecológico, em andamento, conjugando-os com o estabelecimento de perfis desejáveis de nossas principais cadeias produtivas e serviços, sempre com base em estudos, levantamentos e

- inventários regionais relacionados com geração de energia de uso local, defesa ecológica do território, agricultura urbana e fomento econômico-social destinados a oferecer respaldo a empreendimentos locais considerados relevantes
- j) Fazer instituir como meta de Governo a formação Condomínios Industriais ao longo de todo o Estado para apoio à formação e abrigo de novos empreendimentos, em parceria com as prefeituras. Esse condomínios deverão adotar princípios da economia solidária, priorizando, entre outros pontos relevantes, os serviços ambientais, com incentivos fiscais e de credito da INVESTRIO, a reabilitação do COMPRA-RIO, além do apoio da FAETEC voltado à capacitação de mão de obra e do concurso das universidades.
- k) Re-instituir na estrutura do Governo do Estado um **Novo PADEM** voltado agora à promoção da economia municipal fluminense como estratégia formadora de parcerias desenvolvimentistas e logísticas direcionadas ao conjunto dos municípios fluminenses ;
- l) Desenvolver atividades econômicas subsidiadas de natureza inovadora em que ao Estado e Municípios conveniados entre si para tal finalidade, e com a mobilização das Universidades estaduais envolvidas com a causa do desenvolvimento regional, possa-se apoiar e ajudar a conformar estímulos fiscais específicos e aplicar padrões tecnológicos fundados no uso de trabalho intensivo, na inventividade dos agentes produtivos e dos conhecimentos acumulados acerca do emprego dos recursos naturais e materiais que tipificam os inventários de cada município fluminense.
- m) Fazer criar uma Campanha Cívica Estadual do “Dê Uma Oportunidade em Sua Empresa ao Trabalhador Fluminense” até que se vejam reduzidos os atuais patamares discriminatórios do jovem trabalhador e do idoso

residentes em nosso Estado como seres humanos contributivos do processo desenvolvimentista.

- n) Elevar a atividade turística à condição um das mais importantes apostas da economia regional fluminense com participação de grande parte dos municípios fluminenses e das organizações civis interessadas em (contribuir com o soerguimento da economia solidária em nosso Estado como fator decisivo de inclusão social de amplas parcelas da população fluminense;
- o) Fomento à pesquisa e ao uso de fontes de energia renováveis na matriz energética do Estado com reforço especial das potencialidades do Norte Fluminense no que tange ao ciclo das energias renováveis;
- p) Reabilitação do Programa COMPRA-RIO instituído durante o Governo Rosinha Garotinho para apoiar as empresas locais nas concorrências para fornecedores através da redução do ICMS;
- q) Retomar os programas de apoio vinculados à Agricultura, Pesca, Desenvolvimento do Interior, Assentamentos Rurais e Comercialização, como por exemplo, à pecuária leiteira, ao projeto fruticultura, à comercialização dos produtos agrícolas, a concessão de incentivos como o Moeda Verde, à substituição de importações, ao suporte às exportações, a formação de Ecovilas produtivas para isso reestruturando a secretaria de estado da agricultura, recuperando e modernizando sua gestão defasada das necessidades do produtor e a de seus órgãos subordinados, como o CEASA, a PESAGRO, EMATER, FIPERJ e o ITERJ.

## **7.2 O Estado das Emergências Sociais**

A reconstrução da rede de proteção social montada pelos governos Garotinho e Rosinha, e simplesmente abandonada pelo Governo Cabral é uma das ações mais consistentes e urgentes, terá que ser feito na configuração governamental do próximo período aqui proposta.

Por conta disso, o conceito de emergência social aqui empregado deve ser encarado como defesa dos segmentos sociais que vivem na pobreza e miséria extrema, à margem do acesso a bens e serviços essenciais, visando retirá-los do patamar de desesperança.

A reedição de programas e projetos sociais como jovens pela paz, restaurante popular, hotel popular e farmácia popular, por exemplo, deverão revestir-se de novas formas criativas de socorro social que ampliem o suporte à sobrevivência de centenas de milhares de fluminenses distribuídos pela capital e interior em caráter de urgência urgentíssima.

Essas políticas de emergência social devem ser separadas do que é política social de natureza prolongada, com resultados esperados a curto, médio e longos prazos, cooperação municipal suplementar e racionalização do sistema social .

O esforço do novo governo deverá visar a remontagem de suas equipes especializadas, integrar servidores civis e militares em torno de causas mais imediatas de atuação externa, formação de mutirões e a pronta resposta organizada do poder Público a desafios que não podem tardar, ao mesmo tempo em que se empreendem os esforços pertinentes de recomposição do aparelho do Estado assim como a composição de equipes internas, melhor entendimento dos esforços intergovernamentais e a retomada de serviços especializados na ponta.

Tais serviços regulares com atuação na ponta, hoje minimizados, mal aparelhados ou de fato desativados pelo atual governo para atender a prioridades de programas federais com os quais encontra-se a ele conveniado, precisam ser conformados em torno de parcerias com organizações filantrópicas, mormente por conta da prevenção de sinistros, inundações, campanhas preventivas ou de esclarecimento da opinião pública e situações de desestabilização de encostas onde existam milhares de pessoas

residentes em áreas condenadas pela defesa civil, mais particularmente em áreas de risco espalhadas nos municípios.

Trata-se então de atalhar e melhor conhecer no campo toda uma ordem de vulnerabilidades físico-sociais e dificuldades de acesso à moradia digna; a estruturação de parcerias locais e equipes cooperativas deverá apoiar-se na recuperação da Secretaria de Assistência à Família e de Políticas Sociais e recobrar o vigor antigo de atuação dos Governos Rosinha e Garotinho

No campo da saúde promover a ação reparadora de situações num plano mais imediato de cuidados intensivos de pessoal para-médico, a exemplo do sistema de Emergência em Casa do Governo Rosinha, desconstruído no atual governo, além da abordagem de situações diretas de ameaça e de risco de vida clamam por uma maior capacidade de intervenção de cunho reparador da parte da defesa civil comunitária.

### **7.2.1 Políticas de Assistência Social**

- a) Re-implantar a Secretaria de Apoio à Família e de Políticas Sociais de modo a habilitá-la a lidar com programas federais emergentes e a ativar linhas de trabalho de eficácia já comprovadas, boa parte delas abandonadas pelo atual Governo tais como Jovens pela Paz, Farmácia Popular, PAIF e Clínicas de Tratamento Dependentes Químicos, entre tantos outros projetos, ou bem que passaram a existir a reboque de programas federais sem que se procedesse às melhores adequações sistêmicas que as habilitasse a absorvê-las de forma mais eficaz como é o caso do PRONASCI ;
- b) Promover a criação de Fundos Municipais de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais onde porventura não existam legislação municipal a esse respeito à luz das experiências estaduais e federais apoiando-se tecnicamente as Prefeituras quanto ao seu melhor dimensionamento e integração institucional com as leis estaduais vigentes em andamento,

- elas mesmas carentes de ampliação e adequações, o que não vem sendo feito ou objeto de providencias preventivas;
- c) Capacitar novos quadros gestores para que se reformulem as estruturas herdadas da FIA e da Fundação Leão XIII de modo a que possam essas Fundações mantidas pelo Poder Público estadual voltar a cumprir funções que um dia já exerceram a contento, e reposicionarem-se com qualidade e ampla mobilização de voluntariado.
  - d) Retomar planos, programas e projetos que digam respeito ao antes denominado Programa de Assistência Integral às Famílias - PAIFs e de suas articulações municipais.
  - e) Reativação e ampliação de programas como o de restaurantes populares, hotel popular, jovens pela paz, farmácia popular, clínica popular, terceira idade, nutrição 10, entre outros.
  - f) Desenvolver o programa "MÃE SOCIAL" pelo qual o Estado dá assistência técnica e financeira à implantação de creches especiais onde uma mãe deixa de trabalhar distante de casa para cuidar dos seus filhos e dos filhos de outras mães da comunidade permitindo que essas possam se ocupar de seus empregos, deixando seus filhos em segurança.

### **7.2.2 Defesa Civil**

- a) Recriar a Secretaria de Estado de Defesa Civil e dar continuidade aos investimentos realizados nos governos Garotinho e Rosinha conferindo-lhes maior grau de atendimento e suporte especializado os demais organismos governamentais e referenciais comunitários de natureza comportamental;
- b) Promover programas de capacitação e reciclagem do corpo de bombeiros para dotá-lo de técnicas cada vez mais avançada na prevenção e no controle de sinistros, ênfase dada a comunidades

recorrentemente vitimadas quando da ocorrência de chuvas intensas e/ou inundações;

- c) Incentivar o aperfeiçoamento do sistema estadual e dos sistemas municipais de defesa civil em articulação com o sistema nacional a fim de poder prevenir novas ocorrências; capacitar técnicos para poder agir e minorar os efeitos de catástrofes com atenção especial àquelas decorrentes de mudanças do clima;
- d)** Implantar e operar como serviço de ponta, prestador de informações oriundas de uma Central de Controle e Gestão Informatizada em Defesa Civil fazendo adquirir radares meteorológicos no Rio de Janeiro que passarão a operar em rede sob a forma de serviço prestador de informações consolidadas pelo SIMERJ .
- e) Dar apoio ao Governo quanto ao reassentamento preventivo de famílias residentes oriundas de locais de alto risco, especialmente nos municípios menos aparelhados, orientando-as a respeito e expedindo notificações acompanhadas de notificações e realocações das famílias para sítios considerado próximos e viáveis;
- f) Efetivar o programa aluguel social baseando-o em sistema de oferta e demanda orientada localmente para atendimento de moradores de áreas de risco disseminadas no território fluminense enquanto está em implantação o programa de moradia digna emergencial de 100 mil unidades;
- g)** Criar um Órgão Técnico de Geologia e Engenharia tendo em vista assistir ao Estado no diagnóstico, prevenção e solução para deslizamento de encostas. Organizar um plantão permanente das empresas de engenharia para fins de defesa civil sediadas no Estado para que sejam colocadas em pool com a Secretaria de Estado de

Defesa Civil. Tais recursos seriam acionados de forma eficaz durante a ocorrência de desastres naturais ou não.

### **7.3 O Estado das Políticas Sociais Estratégicas**

A noção de políticas sociais de caráter estratégico se refere àquelas que podem produzir alterações estruturais na sociedade e sua inserção no contexto socioeconômico. São exemplos, as políticas de educação, a da pesquisa visando o domínio das tecnologias avançadas, e aquelas voltadas para dar conta dos direitos básicos do cidadão, como, por exemplo, a de saúde, transporte e segurança.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, herdamos uma iniciativa pública oriunda da antiga condição de sede da Capital do país mas que requer todo um esforço adicional para torná-la adequada ao perfil contemporâneo da sociedade fluminense como um todo.

Boa parte da população hoje fica a mercê de intervenções incompletas e fragmentárias do Estado, por vezes chamadas de redes ou sistemas de atendimento, como as de saúde e de educação, sem que o sejam de fato, ou mereçam tal denominação.

A verdade é que sem algumas dessas redes básicas de serviços uma parcela dos fluminenses não sobreviveria, ou teria sua vida ainda mais degradada. Daí ser imprescindível a presença do Estado junto a elas buscando apoiar, construir e manter redes e sistemas locais de serviços públicos relevantes para a recuperação e dignificação de vidas humanas.

Daí porque tenhamos recortado aqui boa parte dos serviços como saúde, segurança pública, educação, justiça, defensoria pública, ciência e cultura, tecnologia e inovação. Tais serviços essenciais dizem respeito à reprodução da vida social e familiar, em meio a um Estado eu vai se tornando complexo e mais acessível ao usuário, como é o que pretendemos, com características de antigos

e novos serviços que se reciclam permanentemente, superposições históricas de estruturas administrativas dotadas de hábitos arraigados, sem prejuízo da abordagem das infra-estruturas físicas e sociais apontadas mais adiante como parcelas separadas de atendimento ao mesmo público

As competências constitucionais para tais funções são em geral de colaboração constante entre os três níveis de governo. Por isso, apenas o entendimento entre os governantes e a participação intensa da sociedade no processo reconstitutivo dessas estruturas solucionará em profundidade as questões suscitadas. O reparo das nossas debilidades crônicas, de tal modo que sistemas inteiros que se demonstram falhos, como o são os de saúde, meio ambiente, cultura, assistência social e defesa do patrimônio histórico-cultural requerem Secretarias quase que inteiramente dedicadas a gerir processos de integração.

Torna-se relevante nesse sentido o exercício das nossas possibilidades suporte à integração racionalizadora das políticas de saúde e de acesso à água limpa e ao saneamento ambiental, por exemplo, complementar programas saúde da família, e ampliar os serviços vinculados ao funcionamento de postos de saúde e policlínicas, articulando-as também com políticas de urbanização e acesso a logradouros comunitários, a segurança pública em condições de interagir com organizações e instituições por meio de Conselhos Comunitários de Segurança Pública e Cidadania, que exerceram até anos atrás um papel subsidiário relevante de controle social e monitoramento de políticas de impacto micro-regional.

Na área da educação, políticas de ampliação do horário na escola, replicando o conceito dos CIEPS na carga horária, na infra-estrutura e no processo pedagógico, com novos padrões de atendimento e o relacionamento constante com o alunado, os pais e o professorado.

Como visto no item anterior, entendemos que esse tipo de visão de integração das ações setoriais, será objeto de ação das Agencias e Consórcios Regionais de Desenvolvimento e Gestão Pública que propiciará o ordenamento matricial das ações governamentais, visando abordagens de solução integrada para os problemas locais da classe trabalhadora residente que pressionam as autoridades públicas por avanços na gratuidade dos serviços, requalificação dos mesmos e restabelecimento de padrões mínimos de qualidade a ser ofertada com quadro de pessoal mais estimulado.

As Agencias Regionais mencionadas atuarão utilizando-se da ferramenta de planejamento e gestão situacional como forma capaz de inventariar potencialidades, elencar investimentos necessários e prover serviços mais eficientes, removendo-se as marcas do velho caminho anti-republicano de portas abertas e serviços inexistentes. Trata-se de rever esses padrões inaceitáveis de funcionamento e atuação governamental na ponta.

Sempre com a perspectiva a adotar-se a postura pró-ativa e de superação do “jogo de empurra” ou da pesada alegação de que o cidadão arca com uma pesada carga burocrática. A opção será pela adoção do modelo gerencial de seu funcionamento com base em Agencias e Consórcios instituídos que gozarão de um status de autonomia relativa para gerenciar problemas e desenvolver soluções locais.

Note-se aqui que a União tornou-se em grande medida uma imensa *holding* repassadora de recursos a Estados e Municípios, em geral represados em Brasília, dado à burocratização excessiva dos mecanismos de controle do Estado burocrático brasileiro nos últimos anos, sempre em detrimento dos resultados almejados e em reforço ao espírito centralista dominante em Brasília.

Essa inversão de valores que leva os recursos a fluírem de forma muitas vezes aleatória para Estados e municípios conduz em muitos casos a

desperdícios sistêmicos. O novo Governo que virá vai se ocupar seletivamente desse aspecto. Além disso, deverá mobilizar para mudar drasticamente a forma fluminense de gerir recursos, pois todas as atividades e projetos de relevância maior serão monitorados e acompanhados de modo a desobstruirmos alguns de seus obstáculos.

Aspectos vitais de sobrevivência com qualidade de vida mínima das famílias e das comunidades deverão ser atendidos com presteza e eficiência através de serviços especializados afetos a um organismo de coordenação interna, que passaremos a chamar de Gabinete de Integração Governamental.

### **7.3.1 Saúde Pública**

O Sistema Único de Saúde exauriu a essência de sua funcionalidade com a precária integração entre os níveis de governo e suas unidades operacionais localizadas no Estado. Por exemplo, os hospitais federais que prestam serviços de alta complexidade, essenciais para o SUS, possuem orçamentos próprios e assegurados, mas não se integram ao planejamento dos serviços e não se articulam nas centrais de regulação de leitos. O Governo Estadual não interfere em seu desempenho que não é avaliado por critérios de desempenho e produção. Os hospitais estaduais atualmente vivem outra realidade. No atual governo estão sendo sucateados com equipamentos sem manutenção e sem equipes médicas essenciais e com seu corpo funcional desmotivado e desvalorizado pelo atual governador. Nem a mais simples avaliação de eficiência e eficácia é feita. As UPA's, além de seu custo duvidoso, são instalações que tentam exercer o papel intermediário entre o posto de saúde e o hospital geral. Na verdade ao invés de uma atuação sistêmica, é em geral concorrente com a função do posto de saúde, função precípua do município na configuração do SUS. São freqüentes as situações de inadimplência junto à clientela mais desfavorecida residente em municípios em que aquelas não cumprem qualquer tipo de papel relevante.

Essa ambigüidade das UPAs, e seu descolamento do SUS, têm trazido problemas, pois vieram acompanhadas no abandono dos hospitais, sobretudo na capital do Estado. A falta do funcionamento regular dos hospitais gerais impede que os mesmos funcionem como a indispensável porta de saída das UPAs para muitos pacientes, comprometendo o funcionamento do sistema. Algumas vezes pacientes com infarto cardíaco ficam até trinta dias "internados" nas UPAs aguardando vagas em unidades coronarianas do estado. O Estado situa-se hoje no 2º lugar em matéria de dispêndios de saúde, computadas todas as fontes. Mas caso sejam retirados os orçamentos dos hospitais federais desce para 6º ou 7º lugar. Atualmente, o sistema carece de auditorias de desempenho. Os salários dos médicos estão congelados desde o Governo Garotinho (R\$1.300,00), embora o atual governador tenha prometido aumentá-los nos três primeiros meses de seu Governo durante a campanha eleitoral de 2006.

Já o Programa de Saúde da Família, que no governo Garotinho, atingiu a marca de mais de 80% de cobertura com mais de 1.500 equipes, está abandonado em função dos interesses midiáticos do projeto das UPAs. Essas recebem ambulância e casos de emergência, mas não tem como transportar os pacientes a hospitais porque estes estão sucateados e sem perspectivas. A delegação de poder para os diretores dos Hospitais em sua maioria tem ajudado a finalidades eleitorais. Até hoje a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil é deficiente na alocação de leitos por não possuir informações básicas desconhece o numero exato de leitos disponíveis a tempo e a hora que o Estado dispõe para poder exercer a regulação. Há dias em que são demandados 80 leitos e apenas 14 são os atendidos. Faltam especialistas nos hospitais, como neurocirurgiões e ortopedistas, sobretudo nos finais de semana. Os equipamentos hospitalares não sofrem manutenção. As políticas para idosos devem atentar para a projeção do IBGE de que a população dessa faixa será da

ordem de 20%. Por isso, o próximo governo dará especial atenção a essa população que sofre por falta de estrutura de serviços residenciais de assistência médica.

O próximo governo deverá se pautar por uma política de re-fundação do SUS no Estado, reafirmando-o como norte para as três esferas governamentais envolvidas e fortalecendo as funções de atendimento primário (fortalecimento dos Postos e Centros de Saúde, PSF), e secundário (UPAs e Hospitais) e o terciário (Hospitais especializados), assim como o papel essencial de coordenação e gerencial do Governo, iniciando-se;

- a) Pela separação da Secretária de Saúde da Secretaria de Defesa Civil;
- b) Promoção da ampliação do PSF em todo o estado, visando a cobertura de 100%, ou seja, colocando em operação aproximadamente 4.000 equipes, (1 médico, 1 dentista, 1 Enfermeira, 1 dentista, 1 auxiliar de dentista e 8 agentes comunitários de saúde e dividindo os custos na proporção de 1/3 para cada um dos entes, União, Estado e Município. As equipes serão instaladas nos NASF – Núcleo de Atendimento de Saúde da Família, acrescido de suporte medico complementar de cardiologia, ginecologia e pediatria;
- c) Informatização da rede SUS visando disponibilizar ao usuário serviços como marcação de consultas através do Cartão SUS;
- d) Implantação do Sistema de Residência Terapêutica com apoio para idosos carentes através da concessão de salário mínimo às famílias que cuidar de um idoso sem renda própria;
- e) Repasse diferenciado de recursos para Municípios de menor renda per capita desde que cumpra requisitos como redução da mortalidade, materna, e cobertura vacinal de 100%, etc.
- f) Propor Lei que conceda o direito universal à visita por parentes e familiares em hospitais públicos e conveniados em horários ampliados.

- g) Propor metas para hospitais conveniados com revisão de custos para adequá-lo à realidade e com isso reativar leitos desativados visando à população carente que perambula sem atenção do SUS.
- h) Valorizar o profissional de saúde com elevação do nível salarial e melhoria na concessão de gratificações de desempenho com avaliação de produção, com indicadores de desempenho pré-estabelecidos e divulgados pelo DO e pela Internet. ;
- i) Reparar e melhorar as unidades hospitalares do Estado assim como implantar novo modelo de gestão, baseado na reativação ou implantação dos conselhos comunitários de cada uma das unidades, e na instituição de um conjunto de critérios e indicadores de desempenho para avaliação do funcionamento;
- j) Dotar o Programa Rio-Transplante de Infra-estrutura e logística a altura de sua necessidade para coleta de órgãos;
- k) Implantar Plano de Cargos e Salários com piso adequado à importância da profissional observado o cumprimento de metas e desempenho de suas atividades como servidores públicos.
- l) Reativar e dinamizar o Instituto Vital Brazil visando a produção de remédios essenciais para a população a custo de R\$1,00;
- m) Reativar e ampliar o Programa das Farmácias Populares;
- n) Dinamização do Instituto Noel Nutels para que cumpra seu papel de exames e de controle de qualidade de medicamentos adquiridos pela rede;
- o) Reativar e dinamizar a Escola Técnica de Saúde para formação de profissionais, tais como os cuidadores de idosos face ao incremento dessa faixa etária da população (25% previsto para 2020);
- p) Pela reativação do SAMU nos moldes do que funcionou no governo Rosinha Garotinho.

- q) Modernizar a gestão da Secretaria de Estado de Saúde para que a mesma possa assumir um papel de liderança pró-ativa em relação ao funcionamento eficiente do SUS até que o mesmo se demonstre exemplar para o resto do Brasil;
- r) Reformatar as emergências dos hospitais estaduais para torná-las estruturas reforçadas de atendimento ao público e complementadas por colaboradores voluntários devotados a apoiar enfermos e familiares, a semelhança do que ocorre nas delegacias legais.
- s) Implantar campanhas educacionais televisivas e radiofônicas relacionadas com o acesso a serviços públicos regulares e à orientação do público quanto à atenção em saúde;
- t) Dar transparência a regulação de leitos e serviços utilizando-se da Internet;
- u) Reformatar as UPAS já criadas como Postos de Saúde definitivos, como unidades do nível primário integradas ao SUS, sendo base para o PSF;
- v) Racionalizar a rede como, por exemplo, criando Distritos Sanitários em todo o estado, com hierarquização das unidades de saúde. Centros de Saúde (10.000 hab), Hospitais Primários (100.000 a 200.000 hab), Hospitais Secundários (500 mil hab) e Hospitais Terciários (2 milhões de hab);
- w) Organização de mutirões integrados com hospitais dos níveis municipais, estadual e federal, para resolução de filas de espera para cirurgias, etc.

### **7.3.2 Educação**

Definitivamente, o Estado não encontrou seu caminho na educação no atual ciclo de governo. Professores insatisfeitos e desvalorizados estão abandonando a rede em proporção nunca vista, pois estão sem perspectivas.

Permanecem carências de profissionais interessados em participar de concursos para áreas deficitárias. A infra-estrutura é um entrave, pois muitas escolas estaduais continuam em prédios cedidos e compartilhados pelas prefeituras, como é o caso específico da Capital, tornando-se impraticável a gestão dos espaços.

O Ensino Médio tem sua qualidade cada vez mais baixa. Enorme contingente de jovens entre 14 e 17 anos está fora da escola, sobretudo do Ensino Médio. O esforço de estimular a qualidade representado através do Nova Escola foi deturpado e encerrado, sem sequer uma avaliação, causando danos à remuneração dos professores. Nem tampouco teve um substituto.

A mera distribuição de computadores o professorado não pode ser tomada como o centro de uma política de educação “moderna”, como se a ferramenta determinasse o processo. Nada mais distante deste século do que a sala de aula com computador sem bons professores motivados, sem bibliotecas e serviços organizados, e mesmo sem um processo pedagógico adequado.

A baixa remuneração e reputação da carreira funcionam como desestímulo à atração de bons profissionais. Assim sendo, fecha-se o círculo vicioso: o ciclo de baixa remuneração e baixa qualificação que se retro-alimenta todos os dias em nossos estabelecimentos de ensino. É o caso dos alunos de licenciaturas que ingressam nas universidades como os menores índices de aproveitamento no vestibular. A rede então se torna carente de professores de disciplinas clássicas como química, física, matemática e geografia, em forte prejuízo do alunado.

O corpo docente necessita então ser atualizado e passar a contar com um horizonte de auto-capacitação.

Além do mais, o contexto sócio-educacional mudou, e a violência perpassa todos os bairros e cidades do Estado, afetando a convivência escolar com a ocorrência de ações intimidatórias para as quais as direções escolares não

desenvolveram antídotos; as exigências por escolaridade da população são cada vez maiores, mas ao mesmo tempo temos 4 a 5% da população permanecem mergulhadas no analfabetismo.

Os currículos não se adaptaram a essa nova realidade. O perfil do professor, sendo o elo mais frágil da cadeia, também não. As bibliotecas se deterioraram e não são objeto regular de recuperação e enriquecimento. Os recursos destinados pela União ao Estado através do FUNDEB são insuficientes, pois a contribuição do Estado é maior que a partição recebida e o Estado se revela lento em captar linhas de financiamento e integração junto aos diversos Ministérios e organismos onde isso se faria possível.

A rede de ensino profissionalizante compete negativamente com a rede de ensino regular, com salários e infra-estrutura diferenciados. Na primeira o acesso é seletivo, mas na segunda é obrigatória a oferta de matrículas. O Ensino de Jovens e Adultos - EJA não é institucionalizado enquanto modalidade, prevista em lei, e tem baixa presença na política de educação como um instrumento de inclusão social de alta eficiência para os jovens em situação precária, sobretudo segundo o critério idade-série. Atualmente o CES - Centro de Estudos Supletivos não fixa prazo limite para o aluno sair da rede.

Algumas ações:

- a) Re-implantar o Programa Especial de Educação dos CIEPS segundo os parâmetros mínimos, como o de ampliação da carga horária para 6 horas, professores em regime adequado de trabalho e salário, adaptação das instalações para comportar refeitório, bibliotecas, quadra esportiva e outras atividades culturais e artísticas complementares. Essa recriação será progressiva e constante e se dará por inclusão gradativa de escolas que estiverem aptas segundo os critérios acima.

- b) Na primeira etapa do Programa do novo CIEPs, serão escolhidos 100 unidades escolares distribuídas pelo Estado para receberem os primeiros investimentos com vistas a adoção dos demais parâmetros mínimos. A seguir, e continuamente, o programa chegaria às demais escolas da rede;
- c) Criar a Universidade do Professor, um Centro Universitário de Formação do Professor com instalações adequadas e completas que permitam atividades de formação, intercambio, reciclagem e atualização dos professores da rede;
- d) Reforçar a FESP que faremos recriar (o CEDERJ) para dar conta da ampliação da oferta de professores para a rede nas áreas de maior demanda;
- e) Compatibilizar a rede da FAETEC como a rede de formação geral (*"a melhor educação profissional é a formação geral"*, Darcy Ribeiro), evitando superposição e concorrência.
- f) Oficializar e apoiar a implantação do Ensino de Jovens e Adultos - EJA, como manda a Lei, visando universalizar o acesso aos ensinos fundamental e médio, reformando o atual CES - Centro de Ensino Supletivo que não tem prazo para o aluno sair do sistema. Instalar NAS - Núcleos Avançados Supletivos para dar maior capilaridade à modalidade.
- g) Implantar o sistema atual de controle da merenda escolar assim como ampliá-la para os finais de semana, elevando substancialmente o valor do per capita que atualmente está em R\$0,10;
- h) Implantar o controle social da gestão das unidades escolares, além de ampliar seu raio de atuação mediante a abertura dos referidos

espaços para fins de natureza educativa-cultural e abertura de programas de inclusão digital;

- i) Formar “mediadores de conflitos” para atuarem em regiões específicas.
- j) Atribuir gratificações especiais a professores que participem de programas do governo.
- k) Promover a municipalização do Ensino do 1º ao 6º ano do segmento Fundamental;
- l) Envolver as universidades publicas na qualificação da Rede Estadual de Ensino.
- m) Propor à ALERJ uma emenda constitucional que vede a possibilidade de uso anômalo de unidades de ensino pelo Estado e Prefeituras com ele Conveniadas de forma prevenir a adoção de práticas pedagógicas que retroajam as escolas de tempo integral (CIEP´s e escolas ciepizadas) como na adoção de dois e três turnos como vem ocorrendo.

#### **7.3.4 Juventude**

Um dos segmentos sociais mais vulneráveis atualmente no Brasil, e em particular em nosso Estado, é a juventude. Além das carências típicas desse segmento social, somem-se as dificuldades para o enfrentamento do mercado de trabalho visando o primeiro emprego, a indispensável afirmação social, a insegurança quanto ao futuro, assim como as demandas específicas no campo da saúde e do lazer. No Rio de Janeiro, e cada vez mais no interior do Estado, o desemprego, o uso e abuso de drogas e seu comercio associado à violência, torna mais ainda dramática a situação de milhares de jovens. Os governos Garotinho e Rosinha dirigiram políticas contundentes para amenizar tais problemas, a exemplo do Programa Jovem pela Paz, Reservista da Paz, ampliação da Faetec, CEDERJ, UEZO, primeiro emprego, a implantação de mais Clinicas Populares

para Dependentes Químicos e a reabilitação de programas de assistência e prevenção ao abuso de drogas. O próximo governo deverá empreender mais iniciativas para o jovem como a ampliação de geração de empregos e oportunidades para retirá-lo da situação de risco, promover ações educativas quanto á prevenção de doenças, da gravidez precoce, com assistência medica especifica para o segmento.

### **7.3.5 Direitos Humanos**

Reconstruir o sistema de defesa dos direitos humanos utilizando os paradigmas conceituais contemporâneos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que indicam que os direitos humanos são indivisíveis, e que portanto todo direito é um direito humano. Assim, torna-se necessária a montagem de mecanismos públicos governamentais e societais de efetiva garantia de direitos individuais, coletivos e difusos.

No Brasil do tempo presente e, de forma particularizada, no Estado do Rio de Janeiro, a expressão "direitos humanos" é desmoralizada, pois se consagrou pelas diversas mídias, assim como no imaginário da população, que a idéia de direitos humanos está vinculada à noção de instrumento de defesa de criminosos e bandidos de todos os tipos. Assim, o novo governo não deve utilizar a expressão direitos humanos, e sim a expressão **"garantia plena de direitos individuais, coletivos e difusos", para isso deve:**

a) Recriar a Secretaria de Estado de Direitos Humanos com novo nome, de Secretaria de Estado de Defesa Social e Garantias de Direitos, no contexto de direitos que confirmam a ela equipotência à Secretaria de Estado de Segurança Pública, subordinando a esta nova Secretaria a Corregedoria Geral das Polícias (Polícia Militar, Bombeiros Militares, Polícia Civil, agentes penitenciários e agentes sócio-educativos), a Ouvidoria da Polícia (Polícia

Militar, Bombeiros Militares, Polícia Civil, agentes penitenciários e agentes sócio-educativos), a Polícia Técnica e o Instituto Médico-Legal;

b) Criar uma Ouvidoria Geral do Estado para as demandas da população vinculadas às demais áreas governamentais.

c) Manter a ligação institucional direta e permanente com o Ministério Público Estadual, por intermédio da Subprocuradoria Geral de Justiça, dos Direitos Humanos e Fiscalização do Terceiro Setor, assim como com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

d) Reestruturação do Programa de Proteção a Testemunhas.

e) Criação de um Programa de Proteção a pessoas Ameaçadas e em Risco Iminente.

f) Criação de grupos de mediadores sociais e negociadores de conflitos.

g) Reestruturação e efetiva implantação de um Conselho Estadual de Defesa e de Garantia dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

i) Reestruturação dos Centros de Referência implantados no governo Garotinho, e que foram desativados pelo governo Sérgio Cabral, ampliando o número de centros para novos atores sociais emergentes no cenário sócio-político fluminense.

Ainda sobre Direitos Humanos, o novo Governo implantará o Programa Estado de Promoção da Igualdade Racial, composto de pelo menos as seguintes ações:

a) Regulamentação da Lei n.º 10.639, no Estado do Rio de Janeiro, com a elaboração do conteúdo programático e capacitação dos professores. Buscar junto ao Conselho Estadual de Educação a Implantação do Programa.

b) Apresentação de Projeto de Lei que crie o Estatuto Estadual de Políticas de Igualdade Racial e sua posterior regulamentação junto ao executivo. Ampliação do debate étnico junto às Pastorais do Negro, as Paróquias e Dioceses do Estado.

c) Busca, junto ao Conselho Estadual de Educação, de mecanismo para implementação de cotas para Negros nas Universidades privadas, a partir do que determina a Lei 10.639/03 da LDB.

d) Regulamentação da Lei que trata da Saúde da População Negra, em face da necessidade de terapias diferenciais e atendimento diferenciado a partir quesito Cor, dando ênfase na saúde da Mulher Negra.

e) Ampliação das ações previstas no Decreto 36.660/2004 – assinado pela Governadora Rosinha, que trata do Projeto Quilombos de Regularização Fundiária, ajustando-o ao Art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988.

f) Desenvolver ações para o resgate e legalização dos espaços ocupados pelas comunidades de terreiros, promovendo a Democracia Religiosa.

g) Elaboração de Lei que crie a Profissão para Artista Profissional do Samba, visando atender sambistas, passistas, intérpretes e outros ligados às escolas de samba, por serem estes os reais protagonistas desta manifestação cultural.

h) Elaboração de Lei que trate do atendimento diferenciado junto aos crimes que tenham conotação Étnico Raciais (Polícia Legal, Civil e Cidadã), bem como um programa de combate à violência contra à Mulher Negra.

i) Luta pelo aumento e elevação dos valores da bolsa de ajuda de custo dada aos alunos cotistas da UERJ e UENF. Busca por assento no Conselho Universitário para representação de Entidade do Movimento Negro, com atuação na Área de Educação.

j) Fortalecimento das Entidades do Movimento Negro Organizado em todos os seus segmentos, através de Cursos, Palestras e Seminários.

l) Apresentação de Projeto de Lei que crie o “Dia da Mulher Negra da América-Latina e Caribe”, no dia 25 de Julho, na ALERJ.

m) Instituir um programa Público voltado para a iniciativa privada e as empresas públicas, destinado a implantação da Diversidade Racial.

n) Instituir o Plano Estadual de Políticas Públicas contra a Discriminação Racial.

### **7.3.6 Segurança Pública**

O atual governo caracteriza-se pela falta de uma política de segurança e por uma visão fragmentada dos problemas do setor. Não consegue ver a questão da droga e da violência como uma questão social e complexa. Simplifica tudo como uma questão de simples repressão e trata o fenômeno com políticas retrogradadas como a de uma guerra contra um inimigo interno.

O Estado foi colocado frente à falta de um correto equacionamento de enfrentamento, seja da segurança do cidadão, como dos contrapontos à economia da droga e do tráfico de armas. Isso pode ser evidenciado pelas ações desastradas, reativas e erráticas quando se imagina combater o traficante, e não o tráfico de drogas por meio de invasões e pseudo-ocupações que resultam, quase que como norma, em dezenas de mortes de inocentes, sem prisões e apreensões significativas, e sem uso da inteligência policial, visando a produção de imagens pautadas pela imprensa e não pela efetividade da ação policial.

No começo de seu governo, o governo Cabral empreendeu uma desastrada política de repressão não seletiva de traficantes. Em um segundo momento, o governo encontrou uma maneira de criar imagens de pacificação de um pequeno número de comunidades de grande visibilidade, entre as mais de 600 comunidades onde ocorre a venda de drogas, através da instalação das chamadas UPP - Unidade de Policia Pacificadora.

Na verdade, essa política, desarticulada de outras de assistência às comunidades, tem sido implementada como uma negociação pela qual os traficantes se deslocam para outras comunidades da capital e interior, mantém suas armas e drogas, em troca evitando-se os confrontos de rua com a PM e uma aparente solução de pacificação.

Para comprovar, abaixo os indicadores do ISP, mostrando redução de 29% na apreensão de drogas e 23% na apreensão de armas em todo o Estado.

Títulos	Trimestre móvel - jan/fev/mar			Acumulado - jan a mar		
	2009	2010	Dif. Abs.	2009	2010	Dif. Abs.
Atividade policial						
Apreensão de drogas	2.846	2.010	-836	2.846	2.010	-836
Armas apreendidas	2.343	1.805	-538	2.343	1.805	-538

Todos os dias estão sendo comprovados indícios de que o Estado promoveu um fenômeno de migração de criminosos ao invés de sua prisão. As UPPs também tem se mostrado úteis para um pacto de não agressão entre traficantes e a policia, permitindo que continue a venda de drogas e armas em localidades próximas, sem o risco de tiroteios, tanto para quem vende, quanto para quem compra.

Como única realização de seu governo, Cabral tem utilizado fartamente da mídia que lhe é "subserviente" para exibir como troféu meia dúzia de UPPs enquanto os índices de violência resistem, inclusive com tentativas de manipulação.

Recentemente o ISP utilizou de projeção não oficial para população, visando obter um índice favorável e claramente manipulado, voltado a construção de uma manchete de primeira pagina anunciando a "maior queda de homicídios da década" quando o que tinha havido era um aumento do referido indicador e nada mais.

Além do mais, no que tange à prevenção da violência, o governo Cabral também foi desastrado, ao encerrar, por exemplo, os programas preventivos como os jovens pela paz com 10 mil jovens atuantes nas comunidades, apesar de suas promessas de campanha de ampliação para 20 mil e o reservistas da paz. Além disso, fez interromper o processo cumulativo e abrangente do programa delegacia legal, de vez que as três delegacias construídas em seu governo foram viabilizadas com recursos de prefeituras e não pela iniciativa governamental.

O governo atual deixou também de cumprir suas promessas de campanha de aumento salarial de policias e bombeiros, concedendo apenas 5%, enquanto no governo Garotinho esse índice chegou a 60%. Neste último, os orçamentos das Secretarias de Segurança Pública e suas co-irmãs praticamente elevaram-se em 100 % durante quase que oito anos de atuação. Observou-se entre o ultimo ano do governo Rosinha Garotinho e o atual governo uma queda do numero de PMs de 31 mil para 30 mil piorando essa situação com o deslocamento de efetivos do interior para a capital para compor o quadro das UPPs, deixando vulneráveis as demais áreas do Estado, conforme se constata facilmente nas consultas ao interior.

O agravamento do quadro de segurança requer a recomposição de enfoques como a combinação do tripé de ações: prevenção, inteligência e repressão seletiva, com a retomada de investimento, como os realizados no Governo Garotinho, a exemplo das 100 delegacias legais, dos cinco batalhões novos da PM, dos laboratórios de investigação científica, do centro de comando e controle que se fez instalar na Central do Brasil, das câmeras instaladas nos batalhões da região metropolitana, na valorização do policias e no aparelhamento do policial.

Para dar conta da reconstrução de uma política de segurança, seguem as seguintes propostas:

- a) Valorização e qualificação do policial apoiando a PEC 300.
- b) Criação da Ouvidoria Externa de Segurança Publica independente do aparato policial voltado para o recebimento de queixas e reclamações do cidadão.
- c) Reabilitação da Corregedoria Externa;
- d) Reabilitação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AI SP)
- e) Atualização dos equipamentos das policias.

- f) Projeto Olho Vivo, com utilização da 3 mil câmeras de segurança, sendo 2 mil na capital e 1000 na Baixada, conectadas ao Centro de Comando e Controle.
- g) Gabinete de Integração e Gestão de Segurança Pública e Cidadania com representantes da Policia Rodoviária Federal, Policia Federal, Policias Civil e Militar, Exercito, Marinha e Aeronáutica e Guarda Municipal.
- h) Retomada dos Conselhos de Segurança Comunitária com reuniões periódicas nos Batalhões entre o Comando e a Sociedade local.
- i) Reformar o ISP, aumentando sua capacitação técnico - científica dotando-o de competência e isenção na produção de dados e análises sobre políticas de segurança e criminalidade, com apoio de grupos de pesquisa universitários.
- j) Reabilitar o Programa de Assistência e Proteção a vítimas e testemunhas, conforme está no item 5.3.4.
- k) Implantação da autarquia Pericia Técnico-Científica, ligada à Secretaria de Estado de Segurança, com autonomia de gestão orçamentária e administrativa, constituída de profissionais atualmente lotados na Policia Civil, com plano de cargos e salário próprio e estabelecimento de piso remuneratório à altura de sua importância para a investigação policial e a construção de provas judiciais na sociedade democrática. A essa autarquia se vincularão os Institutos de Criminalística Carlos Eboli, Medico Legal Afrânio Peixoto, de Pesquisa e Pericias em Genética Forense e suas respectivas coordenadorias regionais e postos.

### **7.3.7 Sistema Penitenciário**

O sistema penitenciário do Estado tem hoje 30 mil internos, sendo 23 mil no sistema e seis mil em delegacias. O Governo Cabral não construiu nenhuma cadeia, enquanto nos governos Garotinho e Rosinha foram construídas Casas de Custódia, ampliado o complexo de Bangu, a Escola de Gestão Penitenciaria e o

Grupo de Intervenção Tática, entre outros. A atuação do próximo Governo deve basicamente reproduzir as políticas implementadas nos governos anteriores de Garotinho e Rosinha fundada nas seguintes ações e princípios:

- a) Integração do sistema penitenciário com o sistema de segurança pública, retirando todos os obstáculos políticos para que tal integração ocorra para maior eficiência e eficácia de ambas as políticas;
- b) Reabilitação e fortalecimento do sistema de inteligência próprio para o sistema penitenciário;
- c) Reabilitação e reforço da Escola de Gestão Penitenciária;
- d) Reabilitação do GIT – Grupo de Intervenção Tática que foi desmontado pelo Governo Cabral.
- e) Implantar carceragens regionalizadas para possibilitar proximidade do preso com sua família;
- f) Ampliação do sistema para abrigar mais internos até preencher a base da população apenada.
- g) Implantar o sistema de 12X36 horas de trabalho para os agentes penitenciários.
- h) Valorização das carreira de agente penitenciário.

### **7.3.8 Transporte**

A infra-estrutura de transporte do Estado é composta essencialmente pelas estradas BRs, muitas em reformas, as RJs, deixadas de lado pelo atual governador, o Arco Metropolitano com apenas 40% das obras realizadas em quatro anos do atual governo, o Aeroporto de Macaé, a ser construído pela Petrobras, o Aeroporto de Resende, necessitando de ampliação e reformas, o Aeroporto de Cabo Frio, construído no Governo Rosinha, o Porto do Açú graças aos incentivos do Governo Rosinha, em construção, além dos conhecidos Aeroportos da Capital, do Porto do Rio e do Porto de Sepetiba.

A conclusão da maioria das obras de implantação e ou de reforma é fundamental para dar continuidade ao dinamismo econômico do Estado do Rio. As obras de recuperação das RJ iniciadas no governo Garotinho e que levaram o Estado a ser o primeiro segundo o indicador malha asfaltada/malha total, foram deixadas de lado.

Porém, é vital uma ação coordenada e profunda no transporte rodoviário de cargas, como por exemplo, a criação de uma plataforma multi-modal para otimizar a circulação de caminhões e reduzir custos dos produtos em até 10%, segundo especialistas, na região metropolitana. Com um terminal de cargas integrado, ou multi-modal, teríamos segurança para o caminhoneiro e toda a logística de apoio, como hotel, restaurante e outros serviços, em um único local. Como consequência, teríamos uma redução da circulação de caminhões e carretas pelas ruas das cidades.

O Terminal Multi-modal pode ser instalado às margens da Rodovia Washington Luiz, em área estimada de 3,8 milhões de m<sup>2</sup>, portanto um espaço suficiente para os modais de transporte marítimo, aéreo e ferroviário, pois é perto do Aeroporto do Rio de Janeiro (12 km), do Porto do Rio de Janeiro (20 km), da Rodovia Presidente Dutra, do Arco Metropolitano e cortado por tronco ferroviário ligado a todo o Brasil. O governo Cabral tem demitido trabalhadores da antiga RFFSA. Muitos desses trabalhadores especializados poderiam ser aproveitados na recuperação desse importante projeto ferroviário. Estima-se que esse projeto poderá atrair da ordem de R\$ 600/700 milhões de investimentos privados e gerar 5.000 empregos diretos, e ainda redução de 10% do preço dos produtos para o consumidor, assim como a diminuição do caos no trânsito.

Por sua vez, o sistema de transporte de massa o Rio de Janeiro tornou-se um caos no atual governo. Sem política de investimentos, deixou para 2011, a ampliação do número de carros para o Metrô, promoveu a deterioração do

sistema ferroviário junto com o do Metro, em benefício da preservação do sistema de ônibus, assim como inviabilizou o sistema de transporte alternativo. O Bilhete Único concebido pela Fetranspor, entidade que representa os interesses dos empresários de ônibus, é controlado pela própria associação, sem Governo ter qualquer controle dos subsídios. Tais subsídios importam em R\$200 a R\$300 milhões por ano, e seu controle é realizado pela própria Fetranspor.

Faz falta um plano de utilização da malha ferroviária para dar conta da ampliação do atendimento ao passageiro, que hoje chega a 600 mil por dia. Ao contrário, as opções sempre recaem nos BRT's - *Bus Rapid Transit*, sistema de ônibus que transita rápido em vias especialmente criadas para eles, como é o caso da T5 que liga a Barra a Madureira e a Penha.

Caso não seja feito algo, a eventual linha 4 Barra-Gávea poderá congestionar mais ainda a Linha 1, do Metrô. É necessário um Plano articulado para não levar ao colapso do Metro às vésperas da Copa e das Olimpíadas de 2016. Entre as medidas para reabilitar o papel do Estado como poder concedente e regulados do transporte, temos:

- a) Declaração de nulidade da antecipada renovação por mais 20 anos do contrato de concessão o Metrô;
- b) Rescisão do contrato de concessão do Metrô devido à ineficiência dos serviços prestados à população pelo atual concessionário. Após a retomada, o Estado do Rio de Janeiro fará licitação para nova concessão, observando-se entre outros requisitos a idoneidade técnica para gerir sistema metroviário.
- c) Revisão do valor do Bilhete Único e aumento do tempo para sua utilização;
- d) Em termos do transporte ferroviário de passageiro é necessário dar continuidade à implantação do PET - Programa Estadual de Transporte que visa à elevação da oferta do sistema de trens urbanos com padrões de conforto adequados, iniciado nos governos Garotinho e Rosinha, com

reforma de estações e compra de trens coreanos. O próximo governo dará conta da modernização do material rodante, leito e estações, assim como as condições de tráfego, ampliando o acesso à população dos municípios da baixada, como um metrô de superfície.

- e) Auditoria no sistema atual do Bilhete Único implantado sem o devido controle do Governo apenas com o sistema de cobrança do representante do concessionário de ônibus, a Fetranspor.;
- f) Concessão de Incentivos fiscais aos investimentos privados em infraestrutura associados ou não a empreendimentos industriais do investidor os quais, caso existam poderão se beneficiar dos mesmos incentivos.
- g) Conclusão das obras de implantação do Arco Metropolitano;
- h) Ampliação da infraestrutura de aeroportos regionais como, como os do sul fluminense, do noroeste e da costa verde;

### **7.3.9 Cultura**

Alguns imaginam que o estímulo à produção cultural e às suas manifestações, assim como ao seu amplo acesso pela população, não são políticas públicas de peso diante de outras convencionalmente usuárias de recursos públicos. Ao contrário, assim como nos governos Garotinho e Rosinha, o próximo governo considera a cultura como um poderoso instrumento de inclusão social e de auto-afirmação da identidade de um povo favorecendo a sua atuação como cidadão. O atual governo degradou um dos principais instrumentos de política cultural desenvolvidos pelos governos Garotinho e Rosinha, a Lei de Incentivo Fiscal para projetos culturais, com perdas de agilidade e credibilidade em sua implementação conseguida através de seu funcionamento articulado com a área da fazenda, que resultou em centenas de projetos em todas as áreas, com investimentos, apenas em 2006, da ordem de R\$ 74 milhões.

Os governos Garotinho e Rosinha, além de concederem os planos de cargos para órgãos da Cultura, como o do Teatro Municipal, promoveu o

Conselho de Cultura no período o qual teve suas posições respeitadas e foi prestigiado pela presença do alto escalão do Governo em suas reuniões. Os prêmios Golfinho de Ouro e Governador do Estado foram reeditados. As manifestações artísticas ligadas ao carnaval, tanto no Desfile das escolas de samba no Sambódromo, quanto no carnaval de rua, com apoio aos blocos, foram marcas inauguradas nos Governo Garotinho. O Teatro Municipal, Teatro João Caetano e Teatro Artur de Azevedo, foram abertos ao público por R\$1,00. Mais de 12 salas de cinema foram instaladas em diversos municípios. Projetos como Novos Talentos voltados para edição de publicações de jovens autores foram feitos em parceria com a Academia Brasileira de Letras e com a Imprensa Oficial.

Por outro lado, é necessário reconhecer que a indústria cultural, sobretudo aquelas ligadas às artes cênicas e ao áudio-visual são grandes empregadores de mão de obra e de riqueza e contribuem com cerca de 4% do PIB do Estado. Assim, as seguintes ações são recomendadas.

- a) Inventariar todos os bens culturais concentrados no Estado do Rio de Janeiro visando uma política de valorização e preservação;
- b) Remontar o programa Salas de Cinema extinto pelo atual governo para que se faça presente em concentrações urbanas dos 92 municípios do Estado, ajudando-os para servirem de centros culturais, a exemplo de experiências em alguns dos municípios.
- c) Retomar o programa de animação cultural dos CIEP's de modo a elevá-lo ao patamar sistêmico de atuação em todas as principais escolas de ensino fundamental do Estado;
- d) Equipar o universo escolar do Estado para que o mesmo passe a cumprir funções culturais explícitas nos fins de semana e feriados com base em programa de revalorização comunitária desses espaços;
- e) Valorizar e aperfeiçoar a Lei de Incentivos fiscal;

- f) Apoio aos desfiles das escolas de samba e aos blocos de ruas;
- g) Transformação do INEPAC em autarquia visando dar maior eficiência a sua atuação de conservação e proteção do patrimônio cultural do Estado;
- h) Criação de uma autarquia para operar a gestão de todos os museus e bibliotecas estaduais, desvinculada da FUNARJ;
- i) Promover a interiorização das escolas de artes (Escola de Artes Visuais, Escola Musical Villa Lobos, Escola de Arte Martins Pena);
- j) Retorno dos projetos culturais a R\$1,00 de cinema e teatro;
- k) Capacitação gerencial dos órgãos da administração direta e indireta
- l) Estudo e implantação da TV Estado do Rio de Janeiro, através de canais em UHF, Satélite e Internet voltado a todos os municípios, como veículo cultural e informativo.
- m) Retomar o projeto Mapa Cultural com informações culturais de todos os 92 municípios.

### **7.3.10 Meio ambiente, saneamento e energia**

Embora a questão ambiental seja considerada pelos governos de todos os países, inclusive o Governo brasileiro, há ainda muito que se fazer em vários campos. Como exemplo dos problemas, a persistente emissão de gases de efeito estufa causadores de mudanças climáticas, constante desperdício de energia, de materiais, graves danos à saúde humana decorrente da poluição atmosférica, hídrica e do solo, destruição de matas e de animais. O governo Cabral deixou a desejar no plano das ações concretas. Nosso estado é símbolo mundial desse tema cada vez mais importante, não apenas pela beleza de sua diversificada natureza, como também por ter sediado a primeira Conferencia do Clima da ONU, em 1992. O estímulo ao uso de combustíveis renováveis faz parte das prioridades do Estado, sobretudo devido ao forte impacto das fontes fósseis nas mudanças do clima.

Questões enfrentadas pelos governos Garotinho e Rosinha como o da despoluição da Baía de Guanabara, o uso do gás natural para indústria, geração de energia, habitação e veicular (GNV), assim como implantação de complexos de saneamento como o da Barra e Jacarepaguá, a recuperação de lagoas como a de Saquarema, foram computadas como obras do atual governo.

Assim como as revitalizações da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Lagoa de Araruama, a primeira graças à galeria de cintura inaugurada em 2001 por Garotinho, e essa última decorrente da ampliação do canal de Itajuru através da construção de uma ponte no governo Rosinha na RJ-140 que liga São Pedro da Aldeia a Cabo-Frio

Nesse campo, o governo Cabral praticamente repete seu comportamento de poucas realizações. Seu principal projeto foi a fusão da SERLA, IEF e FEEMA, com o intuito de melhorar a gestão. Porém não obteve êxito até o presente momento como demonstram os desastres que aconteceram em Angra dos Reis, Ilha Grande, com a morte de mais de 50 pessoas, e da mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas que atingiu o recorde de quase 90 toneladas devido a erro de operação. Isso para não falar no abandono das APAs.

No próximo governo, devemos empreender:

- a) Mapeamento e monitoramento da emissão de gases no Estado visando sua redução e controle;
- b) Criação de um Órgão Técnico de Geologia e Engenharia - GEODERJ voltado para a análise e controle de deslizamentos seguindo o modelo da Geotécnica do Município;
- c) Incentivo à geração de emprego e renda com fomento à reciclagem de materiais e à coleta seletiva do lixo;
- d) Consórcios intermunicipais para destinação do lixo e para geração de energia a partir da biomassa;
- e) Retomada dos incentivos do uso do GNV;

- f) Incentivo para o uso do Biodiesel nas diversas frotas de ônibus;
- g) Monitoramento do Rio Paraíba e dragagem nos pontos de maior assoreamento;
- h) Reabilitação do Decreto que concede incentivo de ICMS visando apoiar produtores que preservem os recursos naturais;
- i) Retomada do programa de interiorização do gás natural, interrompido no atual governo.

Quanto ao acesso à água e ao esgoto, o atual governo, não obstante a intensa propaganda, tem tido baixo desempenho, conforme os gráficos abaixo.

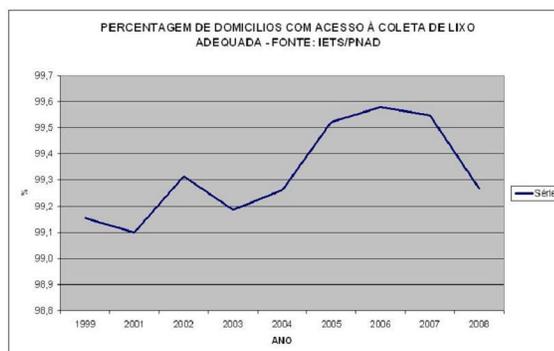
Ao lado disso, tudo indica que o governo Cabral prepara a privatização da CEDAE através da preparação para abertura de seu capital. É o retorno às políticas de privatização dos serviços públicos.

O enfraquecimento operacional do Guandu com a retirada de seus melhores profissionais, não apenas provoca prejuízos operacionais, como a observada falta d água em vários bairros da cidade e interior, queda na qualidade e diminuição das taxas de acesso jpa observadas conforme dados da PNAD/IBGE.

Entre as propostas que dão continuidade à obra de ampliação do abastecimento de água das regiões mais carentes, como a Adutora da Baixada realizada pelos governos Garotinho e Rosinha, o próximo governo deverá:

- a) Implantar um sistema de setorização da CEDAE, com o uso de reservatórios descentralizados, e especificamente uma Estação de Tratamento na Baixada com o saldo da filtragem em Ribeirão das Lages, sem contaminação do Rio Paraíba. A divisão Guandu para a Capital e a nova ETA para a Baixada viabilizaria o sistema para mais de oito milhões de pessoas. Os prejuízos da CEDAE decorrem do fato de apenas 1,7 milhões de famílias apenas terem suas contas faturadas, correspondendo a 50% de toda a produção;

- b) Estímulo econômico de R\$1,00 por nova conta recadastrada e que fosse contabilizada por esses clientes que recebem mais não pagam hoje, produziria um acréscimo de receita de R\$ 12 milhões/ano. Esse projeto poderia ser denominado de “conta verde”, já que a chamada “tarifa social” acabou, pois penalizou os que efetivamente pagam. Dos 50% dos clientes que são faturados, apenas 37,5% quitam suas contas. Neste caso, uma elevação de 37,5% para 45% produziria um resultado de 8% a mais. Como a receita total é de R\$ 2,5 bilhões por ano, teríamos um aumento de receita operacional de R\$200 milhões/ano;
- c) .Quanto ao esgoto produzido esse é produto direto da oferta de água. Como a oferta é o dobro do consumo médio da OMS (180 litros/dia/habitante) tem-se um excedente em dobro do esgoto que sobrecarrega da rede. A racionalização na oferta produzirá um efeito direto na utilização da rede de esgoto ajudando-a a viabilizar-se;
- d) Com é sabido, um dos fatores essenciais da saúde publica é a questão da coleta e destino dos resíduos sólidos. Abaixo, embora seja obrigação dos municípios, essa questão, pela sua gravidade, deveria contar com um apoio direto do Estado, coisa que não aconteceu durante o governo Cabral. Observe-se a redução abrupta da taxa de acesso à coleta de lixo durante o governo Cabral, segundo o I ELTS/PNAD;



- e) Para universalizar o acesso a esgoto, o próximo governo poderá lançar mão de fossas sépticas, assim como promoverá a reciclagem dos resíduos

com incentivo financeiro aos que dela participarem e como oportunidade de geração de emprego e renda.

### **7.3.11 Esporte**

O Esporte é um instrumento para o desenvolvimento integral da pessoa humana e pode ser instrumento de políticas públicas voltadas para a integração social e o desenvolvimento econômico, a promoção da saúde e a prevenção de doenças, a igualdade de gêneros, prevenção de conflitos e pacificação e comunidades, recuperação de traumas, comunicação e mobilização social.

Os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo em 2014 são dois importantes marcos na história de nosso Estado e representam uma grande oportunidade para integrar o Esporte como ferramenta de políticas nas áreas de Segurança Pública, Desenvolvimento Econômico, Saúde, Juventude, Transportes, Turismo, Emprego e Renda.

O Governo precisa de uma estratégia para aproveitar ao máximo o potencial do Esporte para o desenvolvimento de nosso povo, principalmente à luz de todos os esforços que serão conjugados para a Copa e os Jogos Olímpicos.

A Copa do Mundo terá 12 sedes, mas o Rio de Janeiro será o ponto central de organização do evento. O Comitê Organizador Local será instalado aqui, o Maracanã será o palco da partida e o histórico de principal destino turístico do Brasil é certamente um diferencial relevante.

É fundamental aproveitar a competição saudável entre as 12 sedes da Copa por investimentos e oportunidades para estruturar uma política pública capaz de promover a imagem do Rio de Janeiro no exterior e melhorar nossa malha aeroviária para aumentar o número de vôos diretos para nossos aeroportos, o que será muito importante para potencializar o fluxo de turistas, gerando um ciclo virtuoso que fomentará também o turismo do interior, criando oportunidades para vários Municípios se engajarem no processo da Copa e se

preparem em termos de infra-estrutura hoteleira e de oferta de pacotes temáticos.

Os Jogos Olímpicos serão concentrados na cidade do Rio de Janeiro e possui duas dimensões distintas que devem ser consideradas: infra-estrutura física e formação de atletas.

A infra-estrutura física, tanto para a pratica dos jogos e competições quanto para serviços de apoio como transporte, mídia, segurança, comunicação e tecnologia da informação, receberão investimentos que somam mais de R\$ 25 bilhões e estão a cargo basicamente do Governo Federal conforme compromisso firmado com o COI. Neste caso, cabe ao Governo do Estado influir no sentido de que as opções e o legado de infra-estrutura social e esportiva revertam da melhor maneira possível para o povo fluminense, sem as marcas da subutilização deixadas pelo PAN, como o caso do Centro Esportivo Maria Lenk na Barra da Tijuca.

A segunda dimensão é a da formação de atletas, que dependerá de políticas de massificação e organização da prática de esporte em escolas, clubes e associações visando aproveitar a capacidade de inclusão do cidadão através do esporte, como desse contingente extrair os melhores talentos para treinamento de esporte de alto desempenho visando a participação e a obtenção de medalhas.

O nosso Estado poderá tirar importante vantagem diante dos demais caso engendre políticas publicas eficientes neste campo. Os clubes poderão desempenhar um papel estratégico como centro de capacitação esportiva voltados para complementar a pratica nas instalações escolares que se beneficiarão da política de reabilitação do Programa do CIEPS e na construção de quadras poli – esportivas que assim demandarem.

Além disso, o Estado precisa assumir sua responsabilidade na capacitação da população e dos profissionais prestadores de serviços, como motoristas,

comerciários, pessoal de hotelaria, etc., oferecendo, por exemplo, treinamento no idioma inglês e espanhol.

Ainda, para garantir que a Copa chegará a todo o Estado, difundindo o lazer de assistir aos jogos da Copa e das Olimpíadas o Governo do Estado incentivará a constituição de Arenas Virtuais, com telões espalhados nos recantos de maior capacidade de aglomeração como praia de Copacabana e outras praças similares nos mais variados municípios e regiões do Estado.

O governo Garotinho e o Governo Rosinha deram mostras do compromisso que tem com o esporte voltado para a inclusão, como é o caso das Escolinhas de Futebol de Zico e a de Vôlei de Jackeline, como também no apoio ao esporte olímpico quando cumpriram com as obras pactuadas para o PAN, como a reforma do complexo do Maracanã e a Raia da Lagoa Rodrigo de Freitas. Assim, o próximo Governo tem autoridade e legitimidade para coordenar a realização dos dois eventos globais do esporte no Rio de Janeiro e deles obterem os maiores benefícios para o povo do Rio de Janeiro.

### **7.3.12 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

O Rio de Janeiro é um estado da federação privilegiado em termos de instalações universitárias e grande complexo de pesquisa científica e tecnológica, a exemplo da COPPE/UFRJ, CBPF, FIOCRUZ, PUC, IME, etc.. O Estado se notabilizou por ter contribuído no desenvolvimento de tecnologias reconhecidas pela população, e estratégicas para o País, como a tecnologia de exploração de águas profundas utilizadas pela Petrobras, pela tecnologia do Biodiesel, pelas técnicas de utilização de células troncos, além de outras grande contribuições de centros de pesquisas nas áreas de medicina, de ciências agrárias, das ciências sociais e humanas. Todo esse universo de organizações universitárias e de pesquisa nos coloca em situação de expressiva vantagem na atração de investimentos produtivos.

As Universidades Estaduais, UERJ e UENF, agora ladeadas por duas outras criadas por Garotinho e Rosinha, o CEDERJ e UEZO, integram esse complexo de formação de mão de obra de alto nível e de pesquisas científicas e tecnologias, capazes de auxiliar qualquer política educacional e de formação de mão de obra para os complexos econômicos aqui instalados. O Governo Cabral que se comprometeu a ampliar os recursos orçamentários para a UERJ, novamente descumpre suas promessas. Assim, o próximo governo deve:

- a) A FAPERJ, entidade recuperada no Governo Garotinho, deve atuar cada vez mais no fomento das atividades voltadas para a capacitação tecnológica do sistema produtivo local, em particular as pequenas e medias empresas, a exemplo do Programa Inova Rio criado no Governo Garotinho;
- b) Projetos da Rede Rio de Computadores, criado em 1992, deve ser ampliado como suporte a um amplo programa de inclusão digital no Estado;
- c) Implantar mais três universidades tecnológicas, segundo o modelo UEZO, sendo uma na Baixada Fluminense, outra no Sul Fluminense e outra em São Gonçalo.
- d) Promover um amplo programa de formação de mão de obra de nível técnico e superior voltado para os complexos industriais fluminenses;
- e) Planejar um campus universitário regional da UERJ na Costa Verde;
- f) Manter e ampliar o suporte a política de cotas de acesso ao ensino superior;
- g) Implantar o campus da UENF no Noroeste Fluminense, em Itaperuna e em Itaipava.

### **7.3.13 Desenvolvimento das Regiões**

A promoção do desenvolvimento regional integrado é uma das estratégias mais importantes do próximo governo, vide a relevância de que se reveste para a

capital e para o interior, aspectos que marcaram muito claramente os governos Garotinho e Rosinha. Naqueles governos, diversas iniciativas marcaram a adoção dessa visão, a de tratar os problemas e suas respectivas soluções, observando-se as diferenças demográficas, geográficas, de acesso a recursos em geral e redistribuindo espacialmente os melhores frutos do desenvolvimento econômico e social. Um dos exemplos marcantes foi à iniciativa da Lei Rosinha, posteriormente deturpada pelo Governo Cabral. Essa Lei concedia incentivo de 2% de ICMS e financiamento com 2% de juros a.a. para projetos industriais que se instalassem em 32 municípios mais carentes na região Norte e Noroeste Fluminense. Exemplo disso é a distribuição do acesso ao ensino superior pelo interior com o CEDERJ e a descentralização da presença da FAETEC que, juntas, permitiram a fixação de jovens em seus municípios de origem e a escolarização de sua população.

Assim, o Plano tratará as regiões com suas carências e propostas específicas através de Agencias e Consórcios Regionais, a serem criadas para esse fim, as quais coordenarão e implantarão políticas e serviços públicos de âmbito municipal e estadual na região correspondente. Um dos principais instrumentos de ação do próximo governo, como visto, deverá ser o NOVO PADEM, Programa Estratégico de Governo que materializará uma política de investimento público regional voltada para a geração de empregos continuados e o desenvolvimento integrado urbano e rural

#### **a) Metropolitana**

Os transportes coletivos, a rede de saúde, o sistema de educação, assim como diversos outros serviços públicos essenciais não podem mais ser tratados sob a ótica municipal apenas, sobretudo quanto se trata de uma região metropolitana densamente povoada como a do Rio de Janeiro, com quase 70% da população do Estado. Por isso também urge reconhecer que não é mais possível tratar os serviços públicos da região metropolitana do Rio de Janeiro com os mecanismos

de planejamento e gestão frágeis empregados até hoje. O governo do PR realizará todos os esforços visando a implantação de uma Agencia ou Consorcio Metropolitano, lançando mão da Lei 11.107/2005 que regula a construção de consórcios públicos envolvendo os três níveis de governo.

### **b) Baixadas I e II**

Historicamente, esta região da Baixada Fluminense não tem merecido a devida atenção dos governantes, com exceção dos governos Garotinho e Rosinha que deram fartas demonstrações de seu compromisso o povo da região, como por exemplo, a implantação do Pólo Gás-Químico, a Adutora da Baixada, os restaurantes populares, hospitais, farmácias populares, creches e ruas urbanizadas, saneamento, assim como a criação de uma Secretaria Especial da Baixada *Fluminense*.

No próximo governo, além da idéia acima de fortalecer a relação da Baixada como a Capital através da implantação de Agencia Metropolitana, onde problemas comuns deverão receber tratamentos específicos e respostas comuns e integradas, com envolvimento das administrações municipais e dos órgãos estaduais especializados, o governo do PR tem como compromisso a recuperação da Secretaria Especial da Baixada Fluminense como forma de ampliar a interlocução dos municípios da região com o Governo. Os projetos do NOVO PADEM serão um poderoso instrumento voltado para a realização do objetivo mais expressivo de melhorar substancialmente a qualidade de vida da população desses municípios, caminhando-se ali para servir de abrigo a empreendimentos industriais e serviços de variados portes. Na Região serão instaladas duas Universidades Tecnológicas, uma na chamada Baixada I, em São Gonçalo, e outra, em um dos municípios da Baixada I. Na região da COMPERJ, Itaboraí e adjacências, será dada prioridade a formação técnica dos trabalhadores locais para dar conta de sua absorção pela Refinaria.

### **c) Sul Fluminense**

Programas de formação profissional, melhoria da infra-estrutura de acesso a Rodovia Dutra nos municípios, ampliação da defesa civil da região, do policiamento, dos programas sociais, recuperação da agricultura, especialmente da pecuária leiteira e implantação de novos programas com apoio ao pequeno produtor rural e obras que desviem o trânsito que atualmente passa pelos centros das cidades. Além disso, é prioridade do Governo do PR a implantação do Aeroporto Regional, do Hospital regional, e da Universidade Tecnológica Regional, instituições essenciais para o desenvolvimento dos municípios da região e obras que desviem o trânsito que passa pelas cidades.

### **c) Norte**

Embora detentora das jazidas mais importantes do petróleo, essa região é carente de investimentos econômicos e sociais voltados à instalação de indústrias, reflorestamento econômico e projetos agrícolas que lhe dê sustentabilidade em seu desenvolvimento incluyente e sustentável. A presença da UENF é um fator econômico importante que pode atrair investimentos se associado ao desenvolvimento técnico-profissionalizante da mão de obra local, como fizeram Garotinho e Rosinha. A fruticultura e o fortalecimento de um pólo sucro-alcooleiro pode ser retomada como meio de gerar fontes de emprego e rendimentos numa realidade fundiária que vem se alterando rapidamente, em prol da população rural residente, assim como a continuidade da atração de investimentos industriais através de mecanismos como a Lei Rosinha.

### **d) Noroeste**

A retomada da Lei Rosinha será sem dúvida um apoio importante para o desenvolvimento dessa região considerada um das mais carentes do Estado. Além disso, a implantação do aeroporto regional, com reforma do atual, a ampliação de cursos profissionalizantes da Faetec, implantação de um novo campus da UENF, de uma Clínica Popular, do apoio às cooperativas do leite para aquisição de equipamento para secagem do leite, farmácias populares, a volta do

programa Moeda Verde com novo embasamento institucional, e um grande número de obras de asfaltamento, criação de atrativos locais, conjuntos residenciais e urbanização de bairros. Vale dizer que em alguns municípios há carências de obras emergenciais como as de prevenção de enchentes como o de Cardoso Moreira onde há um dique com ameaça de rompimento, sem que as autoridades atuais tenham tomado providências relevantes a esse respeito. Faltam também maternidades e atendimento à saúde em diversos municípios da região para a qual o governo do PR deverá dedicar grande atenção, indo ao encontro de cada uma dessas demandas, para desenvolvê-los econômica e socialmente.

#### **e) Costa Verde**

O turismo e a indústria naval são exemplos importantes de fatores indispensáveis ao desenvolvimento econômico da região, por sinal uma das mais belas e bem dotadas de recursos naturais e paisagens do Estado. Não obstante a região carece de uma política de incentivo a atividade pesqueira, pois foi muito pouco o que a atual administração fez a esse respeito. Assim como também, é o que se pretenderá com a conclusão do Hospital Regional situado em Angra dos Reis, com a clínica de oncologia, a implantação de delegacias legais e da delegacia da mulher, a casa de custódia, o consórcio intermunicipal para saúde e para resíduos sólidos, assim como para educação superior, uma política de esporte, e especialmente de uma política para prevenir o uso de drogas e a violência entre jovens, como a implantação de uma Clínica Popular, a retomada do programa jovens pela paz, entre outros. A possibilidade de instalação de ecovilas é algo que fará parte de nosso ideário de melhoramento das condições de vida em um sem número de localidades abrigadas ao longo do principal eixo viário litorâneo.

## **f) Serrana**

Entre as questões mais importantes e que merecerão destaque para essa região sem duvida será o cuidado com as encostas que todos os anos ameaçam a população, além da atração de empresas e programas sociais. O que se pretende ali é integrar a vocação hospedeira do lugar com o aumento do fluxo de turismo internacional e local tirando-se partido da presença de Parques Nacionais e Estaduais, bem como de sua posição citrica e clima ameno. Tradicionalmente, diversos municípios serviram de abrigo para indústrias têxteis de médio e grande porte que, com o passar do tempo, perderam importância, desmobilizaram-se por falta de estímulos especiais, alguns deles vitimados pelas políticas de importação de âmbito nacional. Em contraponto com isso, fortaleceram-se pólos de moda, confecção e lingerie fundos em micro e pequenos empreendimentos. Atividades leiteiras, cafetaleira e de reflorestamento, ecológico e econômico, merecerão cuidados especiais.

## **g) Lagos**

A infra-estrutura da economia do turismo da região dos lagos é com certeza um dos fatores que merecerão atenção destacada do próximo governo, assim como a ampliação de programas de escolarização da mão de obra, saneamento e segurança pública. Nas últimas décadas, essa região passou por uma explosão populacional de natureza complexa, razão porque o Estado terá que interagir fortemente com Prefeituras, Consórcios Inter-Municipais e Comitês de Bacia que ali se formaram para combater a conurbação, até mesmo por se tratar de uma das mais expressivas reservas naturais de que dispomos no Estado. Tanto a atividade turística, já mencionada quanto a pesca e a logística de suporte ao desenvolvimento costeiro e lagunar deverão ser consideradas como prioritários até mesmo em função de existir na Região dos Lagos um grau de

complementaridade com a Região Serrana, historicamente revitalizada pela construção da Rodovia Serra – Mar durante o Governo Rosinha.

## **8. A recuperação do caráter público do Estado: um choque de republicanismo**

Diferentemente do governo Cabral que propôs o chamado “choque de gestão” na administração pública baseado na imitação de métodos e procedimentos do setor privado, e que acabaram por confundir o interesse público com interesses particulares (veja caso da concessão do Metrô), o que se requer, em primeiro lugar, são medidas que reconstruam o caráter público do Estado e o resgate dos *melhores* valores republicanos como o da separação do que é público do que é privado.

Em segundo lugar, numa democracia, a Administração Pública Estadual deve ser capaz de se capacitar para implementar políticas públicas que emergem do processo eleitoral com eficiência e eficácia. Para dar conta disso, é necessário conceber um modelo de gestão público que abranja toda a máquina estadual e que dê conta do cumprimento das metas submetidas ao crivo popular. O planejamento estratégico situacional contém essa característica, a de se adaptar à realidade dos agentes sem, contudo, ameaçar compromissos eleitorais com a população, dotando o Estado de um poderoso instrumento de implementação de políticas públicas, com eficiência, eficácia e efetividade.

### **8.1 Modelo de macro-gestão do Estado**

O Rio de Janeiro tem uma herança cultural e política virtuosa como à de ter sido capital do Império e da República. Aqui está a memória brasileira com museus, monumentos e acervos que refletem a identidade nacional. No entanto, a criação do Estado em 1975, através da união da Guanabara com o antigo Estado do Rio, no período do regime militar, nos legou pesadas deficiências que foram responsáveis, em parte, pelo marasmo e declínio de nossa economia nos

anos seguintes, e por um conjunto de carências na formação do Estado, cuja recuperação foi iniciada no final da década de 90.

Entre as dificuldades está o não cumprimento das compensações prometidas pelos governantes à época. A transferência para Brasília já havia deixado suas consequências negativas com a transferência de repartições públicas, como estatais e ministérios, além dos poderes legislativo e judiciário e remoção para Brasília de grande número de servidores,. Veio a Constituinte de 1998 e mais uma injustiça foi feita contra os interesses do Rio. O petróleo, riqueza singular de nosso território, foi impedido de recolher ICMS na origem, apenas no destino (Artigo 155 da CF). Essa perda de receita de impostos trouxe e traz consequências dramáticas no financiamento do Estado e de suas políticas públicas.

O governo Cabral prometeu um “choque de gestão” que se resumiram a alguns factóides, como uma base de dados de acompanhamento de convênios e a fusão de órgãos como a Fundação CIDE com a FESP, com insignificante redução de despesas, mas com expressiva perda de eficiência na geração e tratamento de informações indispensáveis à atividade de planejamento do Estado, assim como a fusão dos órgãos ambientais no INEA que não conseguiu coibir devastação de florestas, invasões de APAs, como a de Angra dos Reis que resultou em tragédia no último final de ano.

A modernização do governo através do Governo Eletrônico criado no Governo Garotinho, com mais de 200 serviços eletrônicos, e com espalhamento pelos municípios promoveu importantes avanços na prestação de serviços. Na verdade o chamado “choque de gestão” produziu resultados com sinal trocado, como a perda de controle das concessões, a degradação de hospitais, o retrocesso das próprias delegacias legais, e a ausência da participação do cidadão no processo de fiscalização dos serviços públicos, como é o caso do encerramento do Projeto Fala Cidadão implantado pelo governador Garotinho. O

Governo Cabral, como outros governos liberais querem transplantar métodos do setor privado para o setor público, mas o que fez foi negligenciar o controle do uso dos bens públicos.

Um dos erros cruciais dessa visão de liberais é que para o setor público nem sempre o custo é mais importante quando se trata de direito do cidadão e dever do Estado, como é o caso da saúde e da educação. Diferentemente do setor privado, a clientela do setor público é o cidadão, independentemente de ele ter ou não recursos. Isso obriga o Estado a estar plenamente preparado a levar o serviço público essencial a todos e a todos os locais.

Mas sem dúvida, o principal problema que o próximo governo terá que enfrentar na gestão pública, além da ausência dos valores republicanos no trato da coisa pública observada no governo Cabral, é a falta de capacidade de implementação das políticas públicas e de fornecimento de serviços para o cidadão. O excesso de burocracia e de formalidades, e um quadro de servidores desestimulados, ao lado da falta de liderança e de capacidade de gestão do atual governador, estão na origem dessa ineficiência.

A seguir, alguns princípios que orientarão o modelo de macro-gestão a ser adotado no governo:

- a) A estrutura do próximo governo atuará em matriz: nas colunas, as secretarias setoriais, com suas atividades funcionais permanentes; nas linhas, os projetos do governo eleito pelo cidadão no processo eleitoral;
- b) Cada secretaria será supervisionada por uma das 6(seis) Coordenadorias Setoriais a seguir: Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Institucional; Segurança e Defesa Civil; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento de Infra-estrutura; Desenvolvimento das Agencias Regionais do Estado - ARE.

- c) Essas Coordenações, serão vinculadas e integradas pelo Gabinete do Governador;
- d) O Governo atuará nas pontas através de 10 (dez) Agencias ou Consórcios Regionais do Estado, atendendo a divisão das macros regiões: Norte, Noroeste, Lagos, Serrana, Sul Fluminense, Médio Paraíba, Costa Verde, Baixada I e Baixada II e Metropolitana .
- e) Os Projetos Estratégicos serão geridos por Gestores devidamente capacitados e que serão responsáveis pela execução dos mesmos em todos os aspectos, técnico e políticos, com apoio local e participação das ARE, Agencias Regionais do Estado;
- f) O próximo governo fará - logo no inicio - um amplo programa de capacitação de gestores, os quais absorverão, entre outros conhecimentos, o método do planejamento situação estratégico de Carlos Matus, alem de técnicas de gestão pública.
- g) Especial ênfase será dada à transparência da implementação dos projetos aqui mencionados, como por exemplo, o uso de um Portal especifico, e um sistema de indicadores que servirão para acompanhamento pelos conselhos sociais, alem da recriação do Fala Cidadão que receberá sugestões e reclamações;
- h) Re-implantação do Programa Compra-Rio do governo Rosinha voltado para apoiar os fornecedores locais do estado com concessão de dedução fiscal nas compras internas.

## **8.2 Finanças do Estado**

Para enfrentar o esvaziamento econômico que marcou a trajetória dos primeiros 25 anos da criação do Estado, o governo Garotinho, depois de negociar a dívida herdada de todos os governos anteriores, estabeleceu como objetivo central o desenvolvimento econômico harmonicamente distribuído entre a capital e interior. Através de um conjunto de instrumentos fiscais e

financeiros inovadores bem sucedidos deu-se inicio a um novo ciclo desenvolvimentista, a exemplo da implantação de grandes complexos industriais como o da indústria extrativa de petróleo, indústria petroquímica, farmacêutica, siderurgia, recuperação da indústria naval e ampliação do pólo automobilístico e metal mecânico.

Ao todo, foram mais de 30 programas do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, e igual numero de leis e decretos concedendo incentivos fiscais

Os programas financeiros setoriais, a exemplo, do Rio Petróleo, voltaram-se para fomentar determinados setores de efetiva potencialidade de crescimento a partir de vantagens competitivas naturais e geográficas. Esses programas verdadeiros catalisadores de investimentos privados, pois congrega um conjunto amplo de elementos de atração, tais como incentivos financeiros, oferta de terreno e infra-estrutura, treinamento e capacitação de mão de obra, acesso a matérias primas e a suporte de instituições de excelência científica locais e outras facilidades logísticas de portos, aeroportos, estradas e energia em expansão no período.

Como o Estado tem especial vocação para a área cultural, foi criado programa de incentivo como o Rio-Música e Pró-Cine. Este setor, o cultural, é responsável por 3,8% do PIB estadual. Mas o governo nos governos Garotinho e Rosinha se preocuparam também com as discrepâncias regionais espelhadas na enorme distância entre os PIB´s per capita da região do sul fluminense com o do norte e noroeste fluminense. Assim, foi criada a Lei Rosinha, que concedia redução de ICMS e financiamento com juros de 2% a.a. para empreendimentos industriais ou expansões instalados na região abrangida pelo norte e noroeste. A falta de criatividade do atual governo e a irresponsabilidade fiscal estendeu os benefícios dessa lei para municípios não abrangidos pela região mencionada, ao invés de construir mecanismos fiscais e creditícios específicos para cada

uma das demais, como por exemplo, o incentivo que promova a redução do IPVA no Noroeste Fluminense.

Infelizmente, o atual governo também não só engavetou grande parte dos incentivos como foi pouco diligente e eficaz na sua utilização, deixando de manejá-los com dinamismo para continuar a atrair mais e novos complexos e empreendimentos econômicos. Tanto é verdade que não se conhece nenhum novo empreendimento industrial decidido ou implantado no atual governo.

O governo Cabral quebrou a disciplina fiscal e orçamentária, gerou déficit orçamentário em 2009 da ordem de R\$900 milhões que produzirá efeitos perversos a jusante. Estamos ameaçados de perder o segundo lugar em arrecadação do ICMS para o Estado de Minas Gerais:

Para recuperar o dinamismo de atração de mais investimentos econômicos alinhados com os critérios de sustentabilidade, e dentro dos padrões de disciplina fiscal a ser adotado, o governo a ser eleito deve:

- a) Propor lei que vincule 50% dos recursos do pré-sal à criação ou ampliação da infra-estrutura econômica do estado;
- b) Propor revisão da lei do fundo da pobreza visando a substituição gradativa dos recursos por ela gerados pelos 50% restantes das receitas do pré-sal;
- c) Redução do ICMS para implantação de indústrias da cadeia produtiva do pré-sal;
- d) Redução dos gastos com terceirização de mão de obra através do remanejamento e reciclagem de funcionários públicos de órgãos em extinção, por exemplo.
- e) Manter o nível anual de investimento do Governo no patamar mínimo de pelo menos R\$800 milhões;
- f) Propor ao Congresso Nacional a revisão da Lei do FUNDEB de modo a ampliar a aplicação no ensino médio, ampliando o aporte pelos municípios no ensino fundamental;

- g) Desoneração do ICMS para investimentos econômicos, não apenas no empreendimento em si como também na infra-estrutura eventualmente demandada;
- h) Elaboração de Mapa de Oportunidades de Investimentos em Infra-estrutura – MOI em especial nos casos relativos às Olimpíadas 2016;
- i) Incentivo fiscal e financeiro para empreendimentos geradores de empregos e que reduzam desperdício, promovam o reflorestamento, utilizem fontes renováveis, reciclagem de matérias primas, etc.
- j) Acompanhamento rigoroso dos contratos de incentivos no que tange à geração de empregos, atendimento a critérios ambientais.
- k) Desburocratização radical do processo de criação e fechamento de empresas;
- l) Fortalecimento da capacitação das agencias de regulação enquanto agente fiscal dos contratos de concessão e promoção da qualidade dos serviços públicos concedidos, evitando abusos dos concessionários e vícios observados no atual governo;
- m) Promover programas de capacitação técnico e profissional dos trabalhadores, inclusive no nível superior.

### **8.3 Funcionalismo**

O funcionalismo público estadual necessita de urgente programa de valorização social, política e material. O atual governo promoveu uma sórdida campanha de desvalorização, chamando-os de “vagabundos”. Além da substituição do maior numero possível de mão de obra terceirizada, através de concursos públicos, o próximo governo iniciará amplo programa de capacitação da força de trabalho através da FESP e do concurso de universidades. As

revisões salariais obedecerão à capacidade financeira do Estado mas será uma das prioridades a serem consideradas.

#### **8.4 Controle Social**

O combate à corrupção é um dos temas mais relevantes na administração pública contemporânea. Mas não basta a ação fiscalizadora e diligente do poder público. A população deve participar do controle e da ampliação da transparência dos atos públicos. No próximo governo serão instalados Conselhos para Controle Social em todas as Secretarias que fiscalizará o cumprimento dos programas e projetos como também o uso dos meios públicos, ampliando a transparência e participação da sociedade no governo. O nosso governo intensificará o uso de Internet para tornar transparente seus processos, ao contrário do que fez o governo Cabral. Os conselhos serão formados por representantes da Sociedade Civil.

#### **9. Projetos e Ações Especiais**

Projetos e Ações especiais são aqueles considerados estratégicos pelo governo pelo impacto positivo que produzirão na vida do cidadão e na sociedade como um todo. A implementação será feita e/ou acompanhada diretamente pelas Coordenadorias do Gabinete do Governador. Algumas dessas iniciativas são listadas a seguir:

- a) Integração da Região Metropolitana através da gestão consorciada de serviços públicos (saúde, educação, transporte, trânsito, lixo, água, saneamento, ambiental). O Governo implantará uma Coordenadoria Especial para integrar os serviços públicos da Região Metropolitana vinculada ao Gabinete do Governador. Algumas ações a serem realizadas nesse campo:

- i) Redução do valor do Bilhete Único até alcançar R\$1,00 com período de validade de quatro horas consecutivas;
  - ii) Modernização e transformação do sistema de trens na região como metrô de superfície e/ou VLT's;
  - iii) Gestão informatizada de todas as unidades de saúde da RM com central telefônica e efetivo controle social e institucional dos serviços.
- b) Rio-Capital do Pré-sal, voltado para a implantação e desenvolvimento do maior numero de agentes econômicos que compõe as cadeias produtivas relativas a indústria do pré-sal;
  - c) Institucionalização de uma Secretaria Especial para coordenar a implementação dos encargos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016;
  - d) Mobilização política visando submeter ao Congresso Nacional uma Emenda Constitucional que revise o artigo 155 da CF o qual discriminou o Estado do Rio de Janeiro vetando a cobrança do ICMS do Petróleo na origem.
  - e) Programa de Construção de Moradia Popular com acessibilidade e qualidade de serviços público e ambiental, como água limpa, esgoto e lixo;
  - f) Recuperação da infra-estrutura do transporte rodoviária e sob trilhos;
  - g) Implantação de Plataforma Multi-modal para cargas na Região na Metropolitana.
  - h) Melhoria da matriz energética com incentivo ao uso do gás natural veicular e Biodiesel na frota de ônibus 5% para 10%, instalações de fabricas de coletores solares, uso do gás natural veicular e fontes de energia renováveis em domicílios e atividades produtivas urbanas e rurais.
  - i) Recriação do Programa dos CIEPS com ampliação da carga horária, adequação das instalações para refeitórios, quadras poli-esportivas,

- espaços culturais e artísticos, modelo pedagógico, bibliotecas e serviços de internet.
- j) Universalização do Ensino Médio e do Ensino Fundamental com reforço da Modalidade Educação de Jovens e Adultos para redução do déficit de escolarização.
  - k) Recuperação do salário dos professores e reestruturação da carreira docente;
  - l) Erradicação do analfabetismo no Estado até o final do mandato;
  - m) Redução da carga tributária para produtos de consumo popular;
  - n) Universalização do acesso à água limpa e esgoto até o final do período;
  - o) Recuperação do Piso Regional salarial visando o desenvolvimento do mercado interno dos produtos da economia local;
  - p) Implantação do modelo atualizado do CIEP na rede estadual, com ensino em tempo integral com adequações das instalações arquitetônicas das unidades escolares;
  - q) Parceria com os municípios de soluções consorciadas visando o destino final dos resíduos sólidos (lixo) assim como de projeto que promovam seu uso para geração de energia elétrica;
  - r) Implantação de um programa de geração de empregos, como por exemplo, o Jovem Ambiental , em projetos de recuperação e desenvolvimento de sistemas ambientais (Jovem Ambiental); Jovens pela Paz voltados para a juventude em comunidades onde o tráfico mais atua;
  - s) Reabilitação dos CCDCs, Centro Cultural e de Defesa da Cidadania, ampliando os serviços públicos descentralizados nas comunidades carentes, como o PSF, postos de saúde, etc.;
  - t) Turismo, ampliação da infra-estrutura do turismo e fomento ao turismo temático nas regiões do estado, tendo o turismo como fator econômico, gerador de emprego e renda em escala elevada;

- u) Re-implantação do programa Reservistas da Paz em toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, assim como nos municípios de maior concentração populacional no interior do Estado, sob a supervisão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar. Implantação do programa similar ao Reservistas da Paz com a criação de brigadas de jovens civis voltadas para auxiliar no controle das unidades de conservação e na repressão aos agentes que tentem degradá-las, sob a supervisão da PM e do Corpo de Bombeiros;
- v) Projetos de reflorestamento para recuperação de matas nativas com uso intensivo de mão de obra e geração de renda; implantação do zoneamento sócio-econômico-ambiental em todo o território fluminense, gerando as condições de segurança jurídica para todos os setores produtivos e empreendedores aliados a uma qualidade de vida ambiental que não coloque como idéias antagônicas as atividades humanas produtivas e a necessária preservação ambiental. Fortalecimento de projetos e programas de seqüestro de carbono.
- w) Valorização do policial, não apenas com recuperação salarial como também com plano de moradia e auxílio à educação própria, de cônjuges e de seus descendentes;
- x) Revitalizar e incentivar atividades rurais no Estado do Rio de Janeiro, em sintonia com o dinâmico, produtivo e rentável sistema agrícola nacional, em um gradiente que vá do produtor individual e familiar a grandes empreendimentos do agro negócio, como, por exemplo, a recuperação da pecuária leiteira com fortalecimento das cooperativas através do apoio à formação de dirigentes, créditos e apoio técnico; reestruturação da secretaria de agricultura e de seus órgãos vinculados, EMATER, PESAGRO, FIPERJ;

- y) Criação de Universidades Técnicas Pólos voltadas às especificidade das regiões econômicas, a exemplo da Baixada, Sul Fluminense e São Gonçalo;
- z) Fomento ao aproveitamento do lixo como fonte de energia e de construção de aterros sanitários regionais intermunicipais certificados; ampliação da taxa de acesso à rede de esgoto e de abastecimento de água tratada que hoje se encontra em declínio.

### **Observação Final**

A natureza participativa desse Plano, fundado na teoria do planejamento estratégico situacional (PES), implica em seu desenvolvimento e aperfeiçoamento constante, inclusive com incorporações de novas idéias, durante o processo eleitoral. Muitas das contribuições surgidas no processo de sua elaboração, iniciado em agosto de 2009, e que não foram relatadas aqui, compõem anexos que serão divulgados oportunamente, como por exemplo, contribuições do Congresso do PR, contribuição individuais, de seminários e reuniões realizadas pelo Instituto Republicano. Eventuais erros de texto e de revisão serão corrigidos durante o processo.

Equipe do Plano:

Coordenação Geral: Fernando Peregrino

Comissão de Sistematização: Fernando Peregrino, Teodoro Buarque, Paulo Baia;

Revisão: Márcia e João Carlos Alves

Alguns colaboradores e fontes:

- a) Saúde: Valter Lavinhas, Alaor, Thales Luz, Antonio Carlos, Alcir, Carlos Alberto da Fonseca Jr.
- b) Educação: Paulo Ribeiro, Carmem, Rosa, Laurinda,
- c) Segurança: Jorge da Silva, Cel. Hudson, Paulo Souto;
- d) Direitos Humanos: Jorge da Silva e Paulo Baia
- e) Esporte: Irene, Pedro e Alaor;
- f) Transporte: Alexandre Farah e Abdul
- g) Desenvolvimento Urbano e Baixada: Adir Ben Kauss;
- h) Interior: Rodrigo Drable;
- i) Cultura: Artur Moreira Lima, João Carlos, Luis Carlos Fonseca e Vicente Portella;
- j) Social: Jackson, Nayth Jr
- k) Afro-descendentes: Nayht Jr.
- l) Sistema penitenciário: Astério
- m) Jurídico: Francesco Conte;
- n) Ciência e Tecnologia: Fernando Peregrino
- o) Juventude: Clarissa Garotinho
- p) Relações Internacionais: Jose Luiz Niemeyer

**Algumas Fontes:**

- a. Contribuições dos Seminários de Barra Mansa, Rio das Ostras, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Mesquita, São Gonçalo, Ilha do Governador, Zona Sul do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belfort Roxo, Resende, Volta Redonda, Itaperuna, Italva, Cardoso Moreira, Cordeiro, Três Rios, Paraty, Angra dos Reis, Magé;
- b. Seminários na Capital, Pré-Sal, Desenvolvimento Urbano, Direitos Humanos, Modelo de Saúde na Espanha, e outros;
- c. Contribuição de Vicente Portella, vários;
- d. Contribuição de Fernando Azevedo e do Movimento Ambiental do PR;
- e. Contribuição de Nayth Jr e do MONER;
- f. Contribuição de Francesco Conte sobre Concessões e Segurança;
- g. Contribuição de Alaor Gaspar sobre Esporte e Saúde;
- h. Contribuição de Jorge da Silva sobre Direitos Humanos e Segurança;
- i. Contribuição de Walter Lavinias sobre Saúde;
- j. Contribuição de Flavio Guedes sobre Saneamento;
- k. Contribuição de Thales Luz sobre Saúde;
- l. Contribuição de João Carlos sobre Cultura;
- m. Contribuição de Rodrigo Drable sobre o Interior;
- n. Contribuição de Alcir sobre Saúde;
- o. Contribuição de Antonio Carlos sobre Saúde;
- p. Contribuição de Cel Hudson sobre PM;
- q. Contribuição de Astério Pereira sobre Sistema Penitenciário e Segurança;
- r. Contribuição de Pedro Trengouse sobre Esporte;

- s. Contribuição de Irene – Fiburgo sobre Esporte;
- t. Proposta de Plano de Governo para o Sul Fluminense – Agricultura e Agronegócios, Propostas e Programas, Resende, RJ (9/02/2010);
- u. Re-estruturação da Defesa Civil, Cel BM José Mauricio Barros Gomes;
- v. Diversas professoras sobre Educação;
- w. Contribuição do Alexandre Farah e Paulo César da COPPE sobre Transporte;
- x. Contribuição do Delegado Paulo Souto.